

o esquecimento do extermínio faz parte do extermínio



ilustração: Fernando Vidal Filho

“Reproduza esta informação, faça-a circular pelos meios ao seu alcance: à mão, à máquina, por mimeógrafo. Mande cópia para seus amigos: nove em cada dez estarão esperando. Milhões querem ser informados. O terror se baseia na incomunicação. Volte a sentir a satisfação moral de um ato de liberdade. Derrote o terror, faça circular esta informação.”

Rodolpho Walsh

Fonte: “Crônica do Terror”
Informe nº 1, dezembro de 1976

uma publicação do Coletivo Merlino

MERLINO PRESENTE!

caderno de combate pela memória



janeiro 2011



A única luta que se perde é aquela que se abandona

Madres de la Plaza de Mayo, 2006



Sumário

- 3 **Merlino: presente, agora e sempre!**
Coletivo Merlino
- 6 **A ditadura no banco dos réus**
Tatiana Merlino
- 9 **Assassinado pela ditadura**
Antônio Augusto
- 11 **As últimas horas de Luiz Eduardo Merlino**
Depoimento de Guido Rocha
- 15 **Nota da Liga Comunista**
Alain Krivine – Seção francesa da IV Internacional
- 16 **História do POC**
Angela Mendes de Almeida e Maria Regina Pilla
- 19 **O contexto da imprensa durante 1968**
Beatriz Kushnir
- 21 **Merlino e o 30.º Congresso da UNE**
Reportagem de Luiz Eduardo Merlino
- 29 **Luiz Eduardo Merlino no 30.º Congresso da UNE, como jornalista e como militante**
Beatriz Kushnir
- 30 **Navalha aviada em fino veludo**
Rodrigo Manzano e Ana Ignácio
- 32 **Lembranças de Nicolau**
Michael Löwy
- 33 **Meu amigo Merlino**
Joel Rufino dos Santos
- 34 **Nicolau: um diário de motocicleta**
Maria Regina Pilla
- 35 **Mortos e desaparecidos políticos: a luta por verdade e justiça no Brasil**
Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos
- 37 **A ditadura viva na criminalização da pobreza**
Angela Mendes de Almeida (Coletivo Merlino)

Merlino: presente, agora e sempre!

A Lei da Anistia de 1979, proposta pelo governo Figueiredo e aprovada por um parlamento eleito durante a ditadura, inclusive com parlamentares biônicos, postulou a anistia aos “crimes políticos e conexos”. A expressão “conexos”, em si anódina, tornou-se uma senha macabra. Começava a se desenvolver uma verdadeira política do esquecimento, a tentativa de passar uma borracha no passado recente, de mesclar compactamente os atos criminosos executados em nome do Estado e as ações de grupos políticos contra o governo nascido de um golpe militar. Essa convenção implícita para interpretar o termo “conexo” como sendo o crime do opositor ao anistiado, ou seja do torturador, persiste até hoje.

Vimos, em 29 de abril de 2010, a maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal abdicar de analisar as implicações jurídicas do termo “conexo”, que só pode se referir a ações ligadas ao crime principal, para sancionar a anistia aos torturadores da ditadura, sob o argumento de que teria, naquele momento, havido um “acordo”. Na verdade este dito acordo é a política do esquecimento do extermínio que faz parte do próprio extermínio. A ratificação da teoria do “acordo” contém implícita uma construção da História a partir da história dos vencedores – uma história pelo ponto de vista dos carrascos. Pois não é possível conceber nenhum acordo sob a sombra do terrorismo de Estado.

Esta publicação é um Caderno de Combate pela Memória: *Merlino, presente!* Busca reunir alguns fragmentos da memória sufocada dos vencidos. Estes gritos de nossos mortos, que os carrascos gostariam de ver esquecidos, nós sempre os escutaremos. E a lembrança de seu exemplo estará presente em nossas lutas.

É pelo fim da impunidade e da política do esquecimento que se faz necessária a difusão e a propaganda da luta pela memória. Este Caderno é um gesto na busca por justiça e punição para os assassinos e torturadores da ditadura.

Na verdade fazendo uma retrospectiva desta trágica farsa, vemos que as enormes manifestações populares que precederam a Lei da Anistia, desde 1977, não redundaram em uma anistia ampla e irrestrita, como pediam os presos, ex-presos e perseguidos, e sim em uma legislação destinada a blindar as práticas de tortura, morte e desaparecimento contra qualquer investigação. Nos anos seguintes a força popular foi canalizada para o processo eleitoral, na esperança em um partido e em um homem. A ditadura militar foi acabando aos poucos, sem chegar propriamente a acabar, conservando os chamados “entulhos” que, com a globalização e o fundamentalismo de mercado, se tornaram o principal aríete de contenção da pobreza “inempregável”, o veículo da truculenta violência institucional atual contra os habitantes das favelas e periferias pobres. Atrás da política do “medo” e da “segurança” existe a continuidade da engenharia do extermínio dos pobres. Percebemos que a ordem reina no Brasil apenas sob as ruínas da memória e pela amnésia seletiva.

É por isso que o Poder Judiciário tem bloqueado qualquer iniciativa de uma ação penal contra os crimes da ditadura, ao contrário de como tem acontecido na maior parte dos países

Luiz Eduardo Merlino, atuando como repórter, aproximadamente 1967



Foto: Paula Sacchetta



Manifestação em frente ao antigo DOI-CODI, em 24/08/2008

Ivan Seixas

“Era o Ustra quem dirigia as torturas no DOI-CODI. Quando eu e meu pai fomos presos, os agentes discutiram quem seria torturado primeiro. O Ustra decidiu pelo meu pai. Fomos torturados juntos, na mesma sala. Minha mãe ficou presa numa sala abaixo da nossa e ouviu tudo, inclusive o momento da morte de meu pai”.

Fonte: Revista Época, 30/06/2008, p. 42

da América Latina. Esse bloqueio atinge a Justiça, mas também o conhecimento da Verdade e o exercício da Memória, os três pilares da Justiça de Transição.

Inconformada com isso a família do jornalista Luiz Eduardo Merlino, assassinado em 19 julho de 1971 nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo, retomando a digna luta de sua mãe, D. Iracema, moveu, em 2008, uma ação declaratória na área cível contra o coronel reformado do Exército Brasileiro, Carlos Alberto Brilhante Ustra. A ação, subscrita pelos advogados Fábio Konder Comparato e Anibal Castro de Sousa, não pretendia nenhuma indenização pecuniária. Angela Mendes de Almeida, ex-companheira do jornalista, e Regina Merlino Dias de Almeida, sua irmã, pretendiam apenas o reconhecimento moral de que ele foi morto em decorrência das terríveis torturas que sofreu nas dependências do DOI-CODI de São Paulo. O coronel Ustra foi comandante daquele destacamento de outubro de 1969 a dezembro de 1973. Durante esse período estiveram presas nessa unidade cerca de 2 mil pessoas. Entre elas, 502 denunciaram torturas e pelo menos 40 foram assassinadas.

Luiz Eduardo Merlino tinha 23 anos e era um rapaz bonito e talentoso. Ainda que jovem já havia construído uma brilhante trajetória profissional como jornalista no *Jornal da Tarde*, na *Folha da Tarde* e no *Jornal do Bairro*, bem como no jornal alternativo *Amanhã*. Era um militante admirado e combativo do POC (Partido Operário Comunista) e acabava de voltar de uma viagem à França, feita para estreitar contatos com a IV Internacional. Foi preso em casa de sua mãe, em Santos, dia 15 de julho de 1971, levado para o DOI-CODI de São Paulo, na Rua Tutóia, onde, conforme o livro *Direito à Memória e à Verdade*, editado pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos do Ministério da Justiça, “foi torturado por cerca de 24 horas ininterruptas e abandonado numa solitária, a chamada ‘cela-forte’, ou ‘x-zero’” (Brasília, 2007, pp. 169-170). Em 19 de julho a família recebeu a notícia de que ele tinha se suicidado, jogando-se embaixo de um carro na BR-116, na altura de Jacupiranga, quando estaria sendo conduzido ao Rio Grande do Sul para “reconhecer” companheiros. O laudo necroscópico atestando esta versão foi assinado pelos médicos legistas Isaac Abramovitch e Abeylard de Queiroz Orsini. Porém o corpo não aparecia.

Apesar disso familiares localizaram o corpo de Merlino no IML de São Paulo, com marcas de tortura, em uma gaveta, sem nome. Depois disso o caixão foi entregue à família fechado. Diversos militantes denunciaram, na Justiça Militar e em várias ocasiões, sua tortura e seu abandono, particularmente Guido Rocha, que esteve com ele na “cela-forte”, conforme o trágico testemunho, que aqui publicamos, e a quem homenageamos por sua coragem.

A ação declaratória para o caso Merlino foi proposta em 22 de outubro de 2007, foi acolhida em 8 de abril de 2008 pelo juiz, Dr. Carlos Abrão, e corria na 42ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, estando a audiência das testemunhas já marcada para 13 de maio subsequente. Mas o Tribunal de Justiça de São Paulo acatou um recurso (“agravo de instrumento”) do advogado do torturador coronel Ustra, suspendendo o processo.

Em seguida, em três sessões distintas realizadas entre 29 de julho e 23 de setembro, três desembargadores manifestaram-se sobre o recurso impetrado pelo advogado de Ustra. Por dois votos contra um aceitaram o ponto de vista do recurso e o processo foi extinto. Através de seus advogados, os familiares de Merlino recorreram então ao Superior Tribunal de Justiça, mas o relator do caso não considerou o recurso, que foi então arquivado em março de 2010.

A ação declaratória na área cível tem sido o recurso que familiares de mortos e desaparecidos têm utilizado para que o Estado brasileiro seja considerado responsável por estes crimes, já que a via penal está bloqueada. Boa parte das decisões foi favorável a este reconhecimento. A primeira ação declaratória que, para além do Estado, apontava como responsável por torturas o coronel Ustra foi movida pela família Teles (Amelinha, César e Criméia) e teve decisão favorável no julgamento em primeira instância, em 2008.

No entanto, o processo do mesmo tipo no caso da morte de Merlino foi extinto na primeira instância, não chegando sequer a ser julgado em seu mérito. A decisão já relatada do Tribunal de Justiça de São Paulo, posteriormente encampada pelo STF, baseou-se em um argumento “técnico”, o de que uma ação declaratória não era propícia para estabelecer “uma relação jurídica” entre o réu, Ustra, e as proponentes, pois o que se pretendia era, na verdade, “a declaração da existência de um fato”. Haveria “falta de interesse de agir” das proponentes da ação, já que não pretendiam extrair da sentença nenhuma consequência, como por exemplo, uma indenização. Os dois votos pela extinção deixaram claro seu aspecto “técnico”, não implicando em nenhum juízo de valor sobre qualquer ato supostamente praticado pelo réu.

Por isso agora, em 2010, os advogados dos familiares de Merlino (Fábio Comparato, Claudineu de Melo e Anibal Castro de Sousa) estão entrando com uma nova ação, ainda na área cível, contra o coronel Ustra, que implica em um ressarcimento por danos morais. Esses são os meandros da Justiça brasileira e os caminhos “técnicos” na área jurídica que se impõem para que seja possível conhecer a Verdade. Esses são os limites colocados pela Lei de Anistia e pela recente decisão do STF. Nenhum ressarcimento ou reparação paga uma vida ceifada. Memória, Verdade e Justiça são os objetivos que devem ser fixados no horizonte para um Brasil livre da impunidade para com o terrorismo de Estado.

Recentemente houve na América Latina pelo menos duas tentativas de golpes, na Venezuela em 2002 e no Equador em 2010, e um golpe militar em Honduras 2009. Estes sinistros eventos demonstram que é impossível um futuro democrático sem memória. Sabemos que não há vozes que substituam as vozes ausentes dos heróis da nossa resistência, mas reunimos aqui uma polifonia de testemunhos que nos permitem re-costurar o retrato do querido companheiro Luiz Eduardo Merlino.

Aqui estão textos jornalísticos do próprio Merlino, testemunhos de amigos, testemunhos de como ocorreu a sua morte, um breve histórico da luta internacionalista do POC e reportagens escritas mais recentemente sobre o processo contra o torturador Ustra. Através da memória de Luiz Eduardo Merlino também apresentamos o espírito de resistência de uma geração.

Apenas socializando, através da difusão da memória, o que representa para nós seu desaparecimento e o sentido político e coletivo de sua luta e dor, é que poderemos continuamente recordar que ainda não derrotamos o terrorismo de Estado. Que sua lógica permaneça intacta e ativa. Não existirá consciência do presente enquanto permanecermos surdos para os gritos de nossos mortos do passado. A vida e morte do companheiro Merlino são a nossa inspiração para mantermo-nos alertas para a consciência de que a justiça e a liberdade não se ganham de presente, mas se conquistam e se defendem. E que muitas vezes se tem que morrer por elas. Estas bandeiras que habitam o ato político de relembrar os nossos mortos encerram a memória das velhas lutas que devemos continuar.

Arrancaram a vida do jovem Merlino. Era um revolucionário e foi assassinado pelo Estado durante sua luta clandestina contra a ditadura. Assim como as árvores, Merlino resistiu firmemente. Estava enraizado no amor à vida e na luta pelo socialismo e pela liberdade. Assim como as árvores, ele concebia apenas uma forma de morrer: de pé.

Coletivo Merlino



Parte de cartaz dos mortos e desaparecidos políticos da ditadura

Nunca ouviram falar de torturas?

“Nos países hispano-americanos, a repressão militar nunca foi escondida e eles tiveram o cuidado de pôr a justiça fora disso. Nós, não. Não só o Poder Judiciário continuou a funcionar normalmente, como a Justiça Militar, que em si mesma é hoje uma aberração, teve a sua competência ampliada. Então, quando houve a reviravolta no Chile, na Argentina, no Uruguai, todos os chefes de Estado do regime repressivo foram processados, julgados e condenados, além de dezenas de outros oficiais militares. No Brasil, em primeiro lugar, nem se sabe exatamente qual é a identidade de 90% dos torturadores, e, em segundo lugar, quanto aos grandes chefes militares é como se eles não soubessem nada disso, nunca ouviram falar de torturas. Vou mais além. No Brasil, os banqueiros e grandes empresários colaboraram claramente com o regime militar. Os banqueiros de São Paulo, como se sabe, fizeram uma reunião para angariar fundos para criar a Operação Bandeirante, que está na origem dos famigerados DOIs-CODIs. Não passa pela cabeça de ninguém, hoje, infelizmente, que esses banqueiros são co-autores dos assassinatos, torturas e abusos sexuais de presos políticos, praticados no quadro da Operação Bandeirante e as operações policiais e militares que a sucederam”.

Fábio Konder Comparato é professor titular aposentado da Faculdade de Direito da USP e fundador e diretor da Escola de Governo, em São Paulo.

Fonte: entrevista concedida à revista *Caros Amigos*, edição outubro de 2010



D. Iracema Merlino, mãe de Merlino, em entrevista para Caco Barcellos do Globo Repórter

Quem é essa mulher que canta sempre esse lamento?

“(…) **Caco Barcellos** – *Que tipo de justiça a senhora espera?*

Dona Iracema – *Eu não quero dinheiro da União. Não quero não precise, afinal sou viúva, moro com minha filha, sou dependente. Mas esse eu não quero, desde o princípio eu quis isso: uma retratação moral (...) Eu sei como ele foi morto, o que ele sofreu antes da morte dele... Todos os detalhes disso eu... fiquei a par (...)”*

Fonte: Extraído do Globo Repórter sobre a Vala de Perus – Rede Globo, reportagem de Caco Barcellos transmitida em julho de 1995

D. Iracema faleceu em 1995 sem ter tido acesso à justiça que por toda a sua vida ela esperou. A família Merlino continua seu exemplo de luta e honra a memória de sua resistência com o processo atualmente em andamento contra o Coronel Brilhante Ustra, mandante e executor das torturas e do assassinato do querido companheiro Merlino.

Coletivo Merlino

A ditadura no banco dos réus

Família de Luiz Eduardo Merlino move ação contra coronel Brilhante Ustra, acusado por sua morte sob tortura

Tatiana Merlino

A campanha toca no número 13 da rua Itapura de Miranda, cidade de Santos (SP). Já passam das 21 horas quando Regina Maria abre a porta. Eram três homens. Um deles tem pele clara, é baixo e gordo. O segundo é franzino e moreno. O último, alto e magro, carrega uma metralhadora. “Queremos falar com o Luiz Eduardo Merlino”. Regina corre até o quarto do irmão, aflita: “Uns homens vieram buscá-lo”. O jornalista guarda alguns papéis e vai ao encontro dos visitantes.

Insistentemente, os três homens começam a fazer perguntas a respeito de nomes e endereços. Os dois mais baixos, e aparentemente desarmados, adotam um tom mais irônico, enquanto o que carrega a metralhadora é muito violento. Após remexer em livros na estante da sala, diz à Regina, cutucando-lhe com a metralhadora: “Eu posso ser semi-analfabeto, mas não tenho irmão terrorista”. Ela responde: “Mas eu também não tenho”. Luiz rebate: “O assunto é comigo, não importunem as mulheres”. O homem abaixa a arma.

Faz frio na noite de 15 de julho de 1971, quando Merlino é preso. Após uma hora de conversa na sala da casa de sua mãe, o jovem jornalista, gripado, vai até o quarto buscar um casaco e acompanha os homens. “Logo estarei de volta”, diz à irmã, à mãe e à tia. Regina corre para a janela e vê o irmão partir no carro com os três homens. É a última vez que o vê.

Responsabilidade por morte

Trinta e sete anos depois, Regina Maria Merlino Dias de Almeida e Angela Mendes de Almeida, ex-companheira do jornalista, entram com uma ação civil declaratória contra o coronel reformado do Exército, Carlos Alberto Brilhante Ustra, acusado de ser o responsável pela tortura e morte de Merlino, aos 23 anos, no dia 19 de julho de 1971.

O processo não envolve punição criminal ou indenização pecuniária. “O objetivo da iniciativa é o reconhecimento por parte da Justiça da responsabilidade de Ustra na tortura e morte de meu irmão”, afirma Regina. “Estou movendo essa ação por mim e pela minha mãe, que faleceu, em 1995, sem que a verdade viesse à tona. Esperamos que esse seja o momento”, explica.

De acordo com Angela, “o fim da impunidade começa com a memória e o restabelecimento da verdade. A tortura na ditadura era uma política do Estado brasileiro, mas seus executores têm nome”, salienta. “O coronel Ustra, sendo o comandante do DOI-CODI, é responsável por isso. As torturas foram realizadas por ele e os seus subalternos, sob seu comando e com o seu conhecimento”, completa. (...)

Controle do IML

Sobre a versão de suicídio, os advogados Fábio Konder Comparato e Aníbal Castro de Sousa afirmam: “o Réu não inovou, pois já há muito tempo é de conhecimento público que, infelizmente, os órgãos de repressão detinham absoluto controle do IML (Instituto Médico Legal) e ‘construíam’ versões absurdas para a causa mortis de suas vítimas. A história está a confirmar que a alegação de suicídio era a farsa preferida pela repressão, vide o caso emblemático do jornalista Vladimir Herzog”.

Merlino era militante do Partido Operário Comunista (POC) e tinha recém-chegado de uma viagem à França, feita juntamente com sua companheira, com o propósito de se aproximar da Quarta Internacional. O jornalista havia viajado com passaporte legal, já que não constava nenhuma acusação dos órgãos repressivos contra ele.

Torturas e maus tratos

Preso na casa de sua mãe, Iracema da Rocha Merlino, em Santos, foi levado para o DOI-CODI de São Paulo, localizado à Rua Tutóia. Lá, “foi barbaramente torturado por 24 horas ininterruptas e abandonado numa solitária, a chamada cela forte, ou x-zero”, de acordo com o livro *Direito à Memória e à Verdade*, editado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, ligada à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. O livro, documento público, não faz nenhuma menção à versão mentirosa de que Merlino tenha se suicidado. “Não restam dúvidas, portanto, que a alegação de suicídio é fantasiosa, para dizer o mínimo”, defendem os advogados da família. Vários militantes que também foram presos políticos no DOI-CODI testemunharam as torturas e os maus tratos infringidos a ele.

Angela, companheira de Merlino, aguardava seu contato para voltar ao Brasil e só veio a saber do seu assassinato em meados de agosto. “Os dados mais concretos do que tinha acontecido, a tortura que ele sofreu, o abandono a que ficou condenado, só vim a saber quando me desloquei para o Chile, por volta de outubro de 1971”, relata.

Após a morte de Merlino – “um longo momento de desespero” – Angela decidiu continuar militando nos grupos da Quarta Internacional na América Latina, “quando consegui finalmente pôr os pés no chão e a cabeça sobre os ombros” (...) “Considerarei que essa era a melhor maneira de honrar a memória dele. A assim permaneci militando entre o Chile e a Argentina de 1971 até 1975”, recorda. Em 1979, Angela teve um filho - e deu a ele o mesmo codinome de seu companheiro: Nicolau.

Marcas de tortura

Dia 20 de julho de 1971, cinco após a prisão do jornalista, a família recebeu a notícia de que ele teria cometido suicídio. De acordo com a versão dada à sua mãe, ele teria se jogado embaixo de um carro na BR-116, na altura de Jacupiranga. Essa versão consta no laudo necroscópico e na certidão de óbito, assinados pelos médicos legistas Isaac Abramovitch e Abeylard Orsini. No entanto, em nenhum momento, a família acreditou que a versão fosse verdadeira.

Como o corpo não foi entregue, dois tios e o cunhado de Merlino, Adalberto Dias de Almeida, então delegado de polícia, foram ao IML de São Paulo. O diretor do Instituto negou que o corpo estivesse ali, mas usando do fato de ser delegado, o cunhado burlou a vigilância e foi em busca do corpo de Merlino. Encontrou-o com marcas de tortura em uma gaveta sem identificação. O corpo do jornalista foi entregue à família num caixão fechado.

Jornalistas amigos de Merlino foram até Jacupiranga e não encontraram nenhum sinal do suposto atropelamento ou outro acidente de trânsito ocorrido naquele ponto, no dia indicado. O veículo que o teria atropelado nunca foi identificado nem foi feita ocorrência no local do fato.

Impedida de noticiar a morte de Merlino, somente mais de um mês depois, o jornal *O Estado de S.Paulo* publicou um anúncio fúnebre: “Os amigos e parentes do jornalista Luiz Eduardo da Rocha Merlino convidam os jornalistas brasileiros e o povo em geral para a missa de trigésimo dia de seu falecimento a realizar-se sábado próximo, 28 de agosto, às 18:30 horas, na Catedral da Sé, em São Paulo”. Cerca de 770 jornalistas compareceram à missa. Na cerimônia, os mesmos três homens que buscaram Merlino em Santos compareceram para dar “os pésames” à sua mãe e irmã.

Guido Rocha: o testemunho da dor

Chão de cimento, colchão manchado de sangue jogado no chão, privada turca, pouca luz, portas de chapa de ferro. Assim era a “cela-forte” em que o escultor Guido Rocha fora colocado, no DOI-CODI, no mês de julho de 1971. Dias depois, fora trazido para dentro da cela um jovem que se encontrava em péssimo estado de saúde. Mesmo antes da chegada do rapaz, Guido já o conhecia por seus gritos, vindos da sala de tortura, que ficava ao lado. Luiz Eduardo Merlino estava muito machucado e chegara carregado pelos policiais. Apesar de ter sido submetido a incontáveis sessões de tortura, a tranquilidade que ele demonstrara impressionou Guido. “Trouxeram ele carregado, ficou deitado, completamente imobilizado, mas muito tranquilo. Me impressionei muito com a segurança e com a tranquilidade dele”, relatou Guido em entrevista ao jornalista Bernardo Kucinski, em 1979.

Apesar da serenidade de Merlino, sua saúde começava a piorar. As duas pernas estavam dormentes, devido ao tempo que passara pendurado no “pau-de-arara”. Mesmo queixando-se de dores, não teve nenhum tratamento médico, apenas massagens, acompanhadas de comentários grosseiros por parte de um enfermeiro. No dia 17 de julho, o jornalista foi retirado



Rio de Janeiro, assassinato de Edson Luís, abril de 1968

Fonte: *Arquivo em Imagens, Última Hora, 1997*



da solitária e colocado sobre uma mesa, no pátio em frente às celas. Nessa ocasião, diversos presos puderam ver o seu estado e alguns falaram brevemente com ele. Ele queixava-se então de dormência em suas pernas que não mais lhe obedeciam. Horas mais tarde, foi removido para o Hospital Geral do Exército, onde morreu. No dia seguinte, Guido foi removido da cela-forte, que foi varrida e lavada. No dia 20, um dos torturadores contou aos presos políticos que Merlino morrera no dia anterior, “por problemas de coração”.

Quem foi Merlino

Nascido em Santos, em 1948, Luiz Eduardo Merlino participou, enquanto secundarista, do movimento do Centro Popular de Cultura (CPC), da UNE. Mudou-se para São Paulo e, em 1966, fez parte da primeira equipe de jornalistas do recém-fundado *Jornal da Tarde* (1966), do grupo *O Estado de S. Paulo*. Nesse período, escreveu algumas reportagens que tiveram grande repercussão, tais como a que denunciava as atividades do “mau patrão” Abdala, da Fábrica de Cimento Perus/SP (*Jornal da Tarde* de 24 de abril de 1967).

Continuou a trabalhar como jornalista na *Folha da Tarde* (1968) e depois no *Jornal do Bairro* (1969-1970). Participou ainda ativamente da equipe do jornal alternativo *Amanhã*. Estudante de História da Universidade de São Paulo, em setembro de 1968, cobriu o 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna (SP), para a *Folha da Tarde*. Sua condição de jornalista permitiu ser ele um dos poucos presentes que não foram presos; assim sendo pôde trazer recados e informar o que realmente havia acontecido. Nessa época já havia ingressado no Partido Operário Comunista (POC).

Fundado em 1968, o POC foi o resultado da fusão entre a Política Operária (POLOP) – fundada em 1961 – e a Dissidência Leninista do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Rio Grande do Sul. Desde o início defendia um “Programa socialista para o Brasil” e caracterizava-se por ter posições antistalinistas.

Fonte: *Jornal Brasil de Fato* – Ano 6 nº 268 – de 17 a 23 de abril de 2008



“O objetivo da iniciativa é o reconhecimento por parte da Justiça da responsabilidade de Ustra na tortura e morte do meu irmão. Estou movendo essa ação por mim e pela minha mãe, que faleceu, em 1995, sem que a verdade viesse à tona. Esperamos que esse seja o momento”.

Regina Merlino

Assassinado pela ditadura

Antônio Augusto*

Nesta terça, 19 de agosto, o desembargador Hamilton Elliot Akel, do Tribunal de Justiça de São Paulo, se pronuncia sobre o recurso dos advogados do coronel Brilhante Ustra, ex-comandante do DOI-CODI paulista, contra a ação que visa responsabilizar o militar pelas torturas e assassinato do jornalista Luiz Eduardo Merlino, ocorrido em 19 de julho de 1971. Os outros dois desembargadores afeitos ao caso já externaram suas decisões: Luiz Antonio de Godoy manifestou-se favorável a Ustra e Carlos Augusto de Santi Ribeiro, contra.

Antes, ao acolher a ação movida por Regina Merlino e a historiadora Angela Mendes de Almeida, respectivamente, irmã e ex-companheira do jornalista, o juiz Carlos Henrique Abrão considerou que “o assunto não trata de privilégio decorrente da Lei de Anistia, mas disciplina ação de natureza imprescritível”.

Ao morrer, Merlino tinha 23 anos incompletos. Apesar da juventude, devido ao seu talento, já era muito conhecido no meio jornalístico de São Paulo. Trabalhou na *Folha da Tarde*, no *Jornal da Tarde*, esteve entre os fundadores do *Amanhã*, um dos criativos e democráticos jornais dirigidos por Raimundo Rodrigues Pereira.

Luiz Eduardo, quando ainda secundarista, já começara a se interessar por política e participou do Centro Popular de Cultura (CPC) animado pela UNE. Ao ser preso, era militante do Partido Operário Comunista (POC), um pequeno agrupamento integrante da resistência democrática ao regime ditatorial.

O massacre de Merlino: “Ou cortavam suas pernas ou morria. Deixa morrer”

Merlino foi capturado sem ordem judicial - claro, na ditadura inexistiam quaisquer garantias individuais e legais, ainda mais nos anos de chumbo de Médici - na casa de sua mãe, em Santos, no dia 15 de julho de 1971, quando já passava das 21h. A mãe, a irmã Regina e uma tia assistiram à prisão.

Dali foi levado para a capital do estado, rumo ao inferno da Rua Tutóia, sede do DOI-CODI paulista, comandado pelo então major Ustra, que escondia sua identidade dos prisioneiros e se apresentava como o “major Tibiriçá” para não ser identificado.

Segundo o registro do livro *Direito à Memória e à Verdade*, editado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, ligada à Secretaria Especial de Direitos Humanos, da Presidência da República, Merlino recebeu logo o tratamento habitual do DOI-CODI: “foi barbaramente torturado por 24 horas ininterruptas e abandonado numa solitária, a chamada cela forte, ou x-zero”. Havia três turmas de tortura na rotina do DOI-CODI, elas se revezavam a cada 8 horas para garantir a permanência das torturas durante todo o dia e toda a noite.

Guido Rocha, um preso político também estraçalhado fisicamente pelas torturas, já se encontrava na “cela forte” quando jogaram Merlino lá. Uma das últimas pessoas a vê-lo com vida, Guido deu depoimento gravado ao jornalista Bernardo Kucinski a respeito do que presenciou.

A herança de Merlino

O escritor, historiador e professor Joel Rufino dos Santos, ex-presos político, amigo de Merlino, relata outro fato terrível:

“1973. Um torturador da Operação Bandeirante (organismo da repressão que antecedeu o DOI-CODI, também comandado por Brilhante Ustra), Oberdan, cismou de falar comigo sobre Merlino. Não morreu como vocês pensam. Foi para o hospital passando mal. Telefonaram de lá para dizer que ou cortavam suas pernas ou morria. Fizemos uma votação. Ganhou deixar morrer. Eu era contra. Estou contando porque sei que vocês eram amigos”.

Um dos livros de Joel Rufino é dedicado à memória de Merlino.



Merlino, 1970

Sobre a engenharia do extermínio

“Onde o pensamento da morte foi materialmente realizado, onde a morte “era trivial, burocrática e cotidiana” tanto a morte como o morrer, tanto o morrer quanto os seus modos, tanto a morte como a fabricação de cadáveres se tornam indiscerníveis. (...)”

Giorgio Agamben

Fonte: *O que resta de Auschwitz?* São Paulo, Ed. Boitempo, p. 80



Caminhada do Tribunal Popular, 04/12/2008

O escritor e jornalista Renato Pompeu recorda, além da inteligência, a “inusitada” maturidade política de Merlino para alguém tão jovem.

Michael Löwy, um intelectual de grande reconhecimento internacional, foi companheiro de Merlino. Dá um testemunho emocionado sobre ele: “É destas pessoas que ficam para sempre gravadas na memória de quem as conheceu, por mais que passem os anos. O que o levou a tomar a decisão que tomou, e lhe custou a vida, foi simplesmente um sentimento de dever, uma ética, um compromisso com os companheiros de luta. É por isto que a memória dele continua tão viva e presente, não só no Brasil, mas também na França e em outros países em que se conheceu sua história. A herança que ele nos deixa é a de seguir lutando, para que nunca mais o Brasil conheça a opressão, a violência policial, a tortura”.

A crueldade contra Merlino se estendeu à sua família. O DOI-CODI inventou um suicídio fantasioso, historinha costumeira dos torturadores, relatado à sua mãe, Iracema. O prisioneiro teria se jogado embaixo de um carro, na BR-116, em Jacupiranga. Dois médicos legistas a serviço da ditadura, Isaac Abramovitch e Abeylard Orsini, assinaram o laudo para tentar justificar a farsa. A família não acreditou em nenhum momento.

(...) Jornalistas amigos de Merlino foram até Jacupiranga e não encontraram nenhum sinal do suposto atropelamento ou outro acidente de trânsito ocorrido naquele ponto, no dia indicado. O veículo que o teria atropelado nunca foi identificado nem foi feita ocorrência no local do fato.

Reparação é para o Brasil

(...) Brilhante Ustra, o “major Tibiriçá”, com o mesmo cinismo que diz não passarem de “lorotas” as denúncias de tortura no DOI-CODI da Rua Tutóia, afirma na sua defesa que o laudo “foi firmado por dois legistas, tem fé pública”.

Quanto à ficção de suicídio, os advogados da família Merlino, Fábio Konder Comparato e Aníbal Castro de Sousa, declaram: “o réu não inovou, pois já há muito tempo é de conhecimento público que, infelizmente, os órgãos de repressão detinham absoluto controle do IML (Instituto Médico Legal) e ‘construíam’ versões absurdas para a *causa mortis* de suas vítimas. A história está a confirmar que a alegação de suicídio era a farsa preferida pela repressão, vide o caso emblemático do jornalista Vladimir Herzog”.

A necessidade de que se faça justiça não é só da família de Merlino. Corresponde aos interesses dos brasileiros e do fortalecimento da democracia. Tatiana Merlino, na sua matéria já citada, mostrou o que está em jogo:

“O objetivo da iniciativa é o reconhecimento por parte da Justiça da responsabilidade de Ustra na tortura e morte de meu irmão”, afirma Regina. “Estou movendo essa ação por mim e pela minha mãe, que faleceu, em 1995, sem que a verdade viesse à tona”, explica.

De acordo com Angela, “o fim da impunidade começa com a memória e o restabelecimento da verdade. A tortura na ditadura era uma política do Estado brasileiro, mas seus executores têm nome”, salienta”.

* Antônio Augusto é jornalista
Fonte: revista *Pravda*, 22/08/2008
<http://port.pravda.ru/cplp/24085-assassinadoditadura-0>

João Zinclar



Em frente ao Tribunal de Justiça de São Paulo, manifestação pela condenação do coronel Ustra, 23/09/2008

As últimas horas de Luiz Eduardo Merlino

Leitura do depoimento de Guido Rocha, realizada no Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, em 31/07/1979

Poderíamos chamar esta história de “A primeira morte de Herzog” porque Merlino e Herzog morreram no mesmo lugar, foram torturados no mesmo lugar, agonizaram no mesmo lugar, possivelmente pelas mesmas pessoas, ou pessoas diferentes mas que, como se sabe, deixavam umas às outras os mesmos nomes falsos, da mesma forma como deixavam os mesmos instrumentos de tortura, os mesmos fios elétricos, alicates. Foram, além disso, torturados pelos mesmos motivos, porque cada um, a seu modo e na medida de suas forças, lutava contra a opressão política e os crimes que ela forçosamente praticava para se manter. É claro que há muitas diferenças entre Herzog e Merlino, e a principal está em que Herzog morreu num período (outubro de 1975) em que o movimento de massas e dos setores mais esclarecidos da população, já tinha condições de cobrar pelo crime.

Merlino morreu nos dias ainda pesados (julho de 1971) em que poucos tinham forças para se unir a outros e resistir. Morreu nos dias mais negros da ditadura do general Médici, como se costuma dizer hoje. Preso num dia e morto quatro dias depois, seu corpo é entregue à família com a explicação inverossímil de que tentou fugir e foi atropelado numa estrada remota.

Os fatos

Na noite de 15 de julho de 1971, uma quinta-feira, um grupo de homens que se apresentaram como agentes da repressão, prendeu o jornalista Luiz Eduardo da Rocha Merlino na casa de seus pais em Santos, levando-o para “prestar um depoimento”.

Cinco dias depois, na terça-feira, 20 de julho, seus pais receberam a notícia de que ele havia morrido, sendo feitas referências, primeiro, a que Merlino se suicidara, e depois, que ele fora vítima de um acidente na BR 116, ao ser transportado pelos órgãos de segurança para o Rio Grande do Sul, na altura de Jacupiranga.

Merlino tinha então apenas 23 anos. Muito talentoso, já era bastante conhecido no meio jornalístico de São Paulo, através de seu trabalho na *Folha da Tarde*, *Jornal da Tarde*, e posteriormente no *Jornal do Bairro*. Foi também um dos criadores do jornal *Amanhã*, semanário de curta duração, apesar do grande sucesso alcançado no setor operário da época. Merlino morreu poucos dias depois de voltar de uma estadia de sete meses na França.

Há muito tempo o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, o Comitê Brasileiro pela Anistia, a família e os amigos de Luiz Eduardo Merlino, tentam descobrir o que se passou naqueles cinco dias entre sua prisão e o anúncio de sua morte. Já existe, inclusive, um depoimento de posse do Comitê Brasileiro pela Anistia, de pessoa que testemunhou ter visto Luiz Eduardo Merlino nos cárceres da então OBAN (Operação Bandeirantes) em São Paulo, organismo que mais tarde passaria a se chamar DOI-CODI e onde morreram entre outros, nosso colega Vladimir Herzog, e o operário Manoel Fiel Filho. Esse depoimento, no entanto, permaneceu no anonimato porque seu autor ainda não podia usufruir de total liberdade de movimentos ou de ação.

Mas agora podemos divulgar um depoimento de alguém que acompanhou de perto toda a agonia de Luiz Eduardo Merlino. Guido Rocha, hoje um exilado político que vive em Genebra, onde acabou se notabilizando como escultor de grande mérito, revelou em detalhes como Luiz Eduardo Merlino foi torturado e agonizou nas dependências da Ope

Naquela noite do inverno paulistano de 1971

“(...)major Brilhante Ustra, o qual, por sinal, comandou pessoalmente a minha tortura (...) a morte por gangrena, causada pela tortura no pau-de-arara e dos atropelamentos sucessivos por um caminhão do Exército, que insistiu em passar inúmeras vezes sobre o corpo já morto de Luiz Eduardo Merlino, um jornalista do Jornal da Tarde, santista como eu, até que os seus membros decepados se espalhassem pelo asfalto, naquela noite do inverno paulistano de 1971 – tudo para simular uma tentativa de fuga que jamais ocorreria.” (...)

Laurindo Junqueira

Fonte: Declaração à Comissão de Anistia
02/07/2009

Guido Rocha, Genebra, Suíça, abril de 1979





Guido Rocha em Belo Horizonte, 2005

Na verdade estou chorando de emoção

“Sou Eleonora que assistiu às torturas de Luiz Eduardo Merlino, fiquei imensamente emocionada com a vitória [retomada do processo] da família Merlino e de sua companheira Angela. Depois ao longo de todo este tempo em várias câmaras sobre o assassinato de Merlino. Hoje me congratulo com o Fábio Comparato e a família e com todos e todas ex-companheiros/as de Merlino que sobreviveram. Abraço o amigo e companheiro Merlino, pois ele vive em meu coração e memória. Na verdade estou chorando de emoção.”

Eleonora Menicucci de Oliveira

Fonte: Notícia sobre o novo processo do caso Merlino, 19/10/2010
<http://www.conversaafiada.com.br/brasil/2010/10/19/>

ração Bandeirantes, na segunda metade de julho de 1971. Guido Rocha deu seu depoimento em documento assinado (cópia anexa) e também em fita gravada, esta tomada e transcrita por nosso companheiro Bernardo Kucinski (também anexa), em Bruxelas, no dia 1.º de abril de 1979.

Depoimento gravado de Guido Rocha, sobre a morte de Luiz Eduardo Merlino

P – Guido, vamos nos reportar ao assunto que nos trouxe a esta conversa: você esteve preso junto ou ao lado do nosso companheiro Luiz Eduardo Merlino?

R – Estive preso na mesma cela.

P – Você poderia então explicar quando e como isso aconteceu?

R – Isso foi em julho de 1971. Eu estava na solitária, na cela x-zero, na Oban, em São Paulo; eu já estava lá há alguns dias quando comecei a ouvir gritos e gemidos de alguém que estava sendo torturado, porque a sala de tortura é bem próxima, a cela mais próxima da sala de torturas é essa cela x-zero.

P – Você estava sozinho nessa cela? Estava há quantos dias?

R – Estava sozinho, há alguns dias, não tenho ideia precisa de quantos dias. É uma solitária com portas de chapas de ferro. O quarto é escuro, não tem janelas. O chão de cimento, tinha um colchão, sujo de sangue. Eu vi isso na hora que abriu a porta, porque quando se está lá dentro não se enxerga nada, completa escuridão. Tem uma aberturazinha

na própria porta que eles abrem de vez em quando para por comida e eu comecei a ouvir os gemidos, os gritos durante muito tempo, quando entraram com o Luiz Eduardo, que eu não conhecia, não sabia quem era.

P – Você se lembra do dia exato?

R – O dia exato não, foi em meados de julho. Ele estava muito machucado, pelo seu estado físico. Trouxeram ele carregado, ficou deitado, imobilizado completamente. Mas muito tranquilo. Me impressionei muito com a segurança e com a tranquilidade dele.

P – Por que você achou que ele estava tranquilo?

R – Porque eu comecei a conversar com ele e ele começou a me dizer quem era ele, que tinha vindo da França, que tinha sido preso em Santos, na casa da mãe dele em Santos.

P – Preso por quem, ele falou?

R – Alguns cidadãos vieram procurá-lo, disseram à mãe dele que eram amigos dele. A mãe dele subiu, disse que tinha alguns amigos, ele desconfiou, mas não encontrou alternativa senão ir falar com essas pessoas.

P – E ele estava no quarto dele?

R – Sim, ele estava no quarto em cima. Quando chegou essas pessoas se apresentaram como agentes da repressão, não me lembro se disseram que eram do exército, da aeronáutica, do DOI-CODI, se apresentaram como agentes da repressão.

P – E tudo isso ele contou a você na cela?

R – Tudo isso ele contando, muito tranquilo, embora com a voz fraca e em mau estado físico. Disse então que a mãe ficou muito nervosa, e que ele precisou tranquilizar a família, a mãe dele e os agentes também disseram que a mãe dele poderia ficar tranquila, que ele ia simplesmente prestar um depoimento e depois voltaria. Ele estava tão tranquilo que eu perguntei a ele como é que as pessoas da Europa viam a repressão no Brasil, e ele ainda fez uma análise sobre o futuro. Por isso acho que ele estava muito tranquilo.

P – Você lembra quanto tempo vocês chegaram a conversar? Se foi de dia?

R – Essa questão de tempo é difícil de calcular. Devia ser de noite. Depois ele começou a piorar, alguns dias depois levaram à cela um companheiro, um outro preso político para ser acareado com ele. O normal seria que ele saísse da cela para ser acareado na sala de torturas, ou numa outra sala. Como ele estava muito mal eles preferiram trazer o prisioneiro para ser acareado na cela.

P – Então existe mais uma pessoa que testemunhou, que deve ter visto o Merlino no DOI-CODI caso essa pessoa esteja viva?

R – Claro. Quem era essa pessoa eu não lembro. Essa pessoa, um homem, ficou de pé, e

o Merlino deitado. Ele estava muito mal durante a acareação e algumas coisas respondia com gestos, tal era o estado dele.

P – Você se lembra do conteúdo da acareação?

R – Não, isso não lembro nada.

P – Ele foi maltratado durante a própria acareação?

R – A própria acareação já era um mau trato. Ele estava tão débil que qualquer outro mau trato interromperia a acareação. De forma que não interessava a eles.

P – Durante esses dias em que ele estava na cela, desde que trouxeram ele à cela até a acareação, ele recebeu algum tratamento?

R – Não, nenhum tratamento. Antes da acareação ele já começou a sentir uma dormência na perna...

P – Esquerda ou direita?

R – Tenho impressão de que era a esquerda, não posso precisar. Essa dormência acabou piorando, (já depois da acareação) acabaram levando ele para o pátio em frente, porque a porta da cela dá para um pátio; puseram em cima de uma mesa. E um cidadão que se dizia enfermeiro começou a fazer massagem, um cidadão que andava com botas de soldado, calças de soldado, mas tinha uma bata branca. Deixaram a porta da cela aberta, e eu pude ver, nessa hora, mais claramente, a fisionomia dele, aí que eu vi a fisionomia e guardei bem porque fiquei várias horas olhando e mais tarde é que eu pude identificar, pela fotografia dele no jornal, que era Luiz Eduardo Merlino.

P – Mas você disse que havia dito seu nome no começo, quando foi trazido à cela, ou você se enganou?

R – Ele me deu o nome de guerra. Nicolau.

P – E o que aconteceu depois?

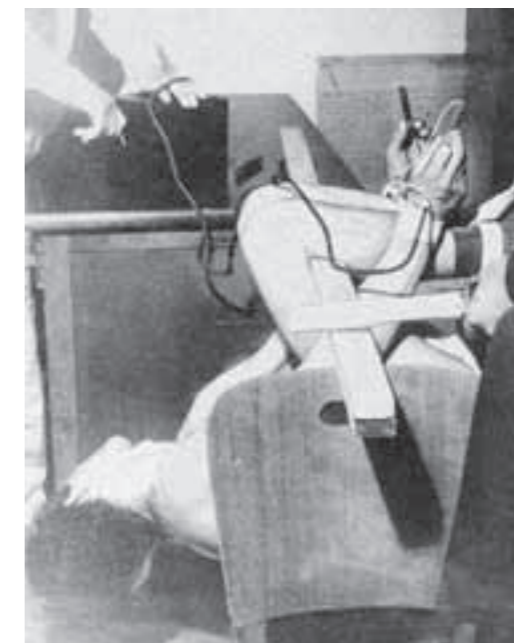
R – Me parece que na cela ao lado tinha gente vendo também e o enfermeiro não quis fazer o teste de reflexo na vista das outras pessoas. Eu também estava arrebentado, então eles não se importaram comigo e trouxeram ele para minha cela para fazer o teste de reflexo. Vieram, fizeram o teste de reflexo no joelho e não tinha resposta nenhuma. O enfermeiro ficou perturbado, ficou perturbado com isso e não sabia o que fazer. Eu falei: o estado dele é grave, acho que convém levar para o hospital. O enfermeiro ficou irritado comigo, disse que ele é que sabia, que já tinha recuperado outros presos políticos, que estavam em estado muito pior do que aquele, que aquilo não era nada para ele. Fechou a porta.

P – Você não sabe o nome desse enfermeiro?

R – Não sei. Esse era o que fazia o papel de enfermeiro mesmo. Outros faziam outros papeis, duplos, esse fazia papel de enfermeiro apenas, sempre enfermeiro.

P – Médico não apareceu nenhum?

R – Para o Merlino, não. Para mim, apareceu uma vez.



Pau-de-arara
Fonte: Arquivo em Imagens,
Última Hora, 1997

“Não há justiça nenhuma capaz de me julgar,” diziam os torturadores no DOI-CODI

“(...) Depois, o careca divertia-se, junto com os colegas, enquanto mandava a prisioneira varrer o pátio interno do pavilhão, dizendo que mais tarde ia comer a negra e já ficando de cuecas em meio à algazarra geral. Em outra ocasião pôs-se a declamar, bem alto, singular discurso da má consciência, feito sob encomenda para nós e que girava em torno do seguinte tema: Não há justiça humana nenhuma capaz de me julgar. E, assim, quase toda santa noite, o comediante inesperadamente contemplado pelas reviravoltas da política com um público escolhido, agradava-nos com a pequena novela da sua exuberante impunidade. (...)”

Luiz Roberto Salinas Fortes
foi professor de Filosofia, duas vezes preso e torturado na ditadura militar.

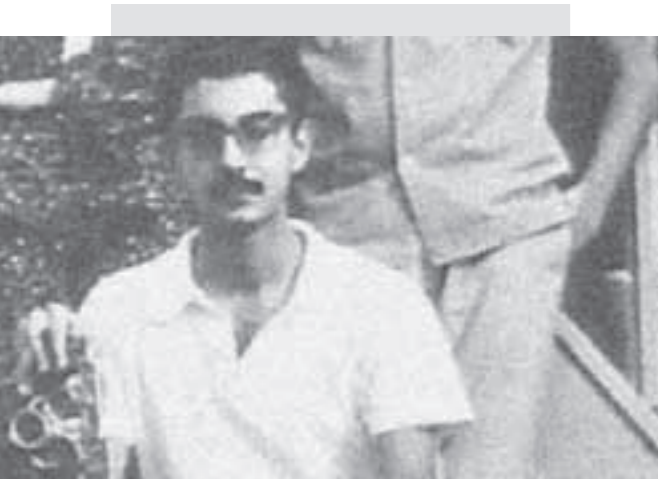
Fonte: Luiz Roberto Salinas Fortes,
Retrato Calado, São Paulo,
Ed. Marco Zero, 1988, p. 24

Guerra é guerra?

“Quando um exército vai atacar (...) ele não vai, antes, pedir permissão à ONU, à OEA ou aos Tribunais Internacionais. Ele simplesmente ataca, pois, está em guerra. (...) GUERRA É GUERRA.”

Coronel Brilhante Ustra

Fonte: *A verdade sufocada*
Brasília, Ed. Ser, 2010 (6.ª ed), p. 6



Luiz Eduardo Merlino, aproximadamente 1967

P – Nesse intervalo?

R – Isso eu não me lembro.

P – Continuando...

R – Depois que fecharam a porta Merlino começou a piorar muito, logo em seguida. À noite começou a se sentir mal, estava bem pior. Eu tinha conseguido uma pera e dei a ele. Porque ele rejeitava tudo, não comia nada. Eu não me lembro dele ter comido nem uma vez... porque ele tentava comer e vomitava sangue. Aí ele começou a mudar, a ficar nervoso, falou que estava piorando... vomitou sangue outra vez. Eu tentei acalmá-lo. Ele pediu que eu o colocasse sentado. Merlino nunca ficou em pé desde o primeiro dia. Para ir a privada precisava carregar ele. Eu e um guarda. Bem, eu tentei acalmá-lo, comecei a dizer a ele para respirar fundo, fazer a respiração de ioga, manter um pouco de calma. Mas ele ficou muito nervoso e falou: “chama o enfermeiro rápido que eu estou muito mal, a dormência está subindo, está nas duas pernas e nos braços também”. Aí eu bati na porta com força e gritei e vieram o enfermeiro e alguns torturadores, policiais, os mesmos que já haviam me torturado e torturado a ele também. Vieram e o levaram. Agora vou dar um detalhe que pode levar a alguma prova de alguma coisa. Na hora que eles saíram, de madrugada, eu estava muito arreventado, e eu imediatamente deitei. Eu deitei e eles fizeram uma troca de sapatos. Levaram os meus sapatos e deixaram o dele; pode ser que entregaram à família dele sapatos que não eram dele.

P – E depois?

R – Nunca mais eu vi ele.

P – **Você se lembra de outras movimentações, de companheiros de cela, em função do caso dele?**

R – Eu me lembro que ele disse também que trabalhava no *O Estado de São Paulo*. Disse: “eu estou tranquilo porque eles não vão ousar me matar”. Ele me disse: “Porque tenho um tio, me parece, um general, um parente que era ligado ou próximo ao exército”.

P – Não seria da polícia?

R – Sim, sim, exatamente, era ligado à polícia, e que trabalhava no *O Estado de São Paulo* e que poderia dar um escândalo se o matassem.

Bom, no dia seguinte ao que levaram ele embora, realmente houve uma mudança radical lá dentro; começaram a limpar, varrer, mandaram todo mundo para o sol, me tiraram da solitária, foi a primeira vez que saí da solitária, me trocaram de cela imediatamente. Houve uma grande movimentação lá. Desde que tiraram o Merlino de lá houve uma mudança radical até quando eu saí.

P – **Você ficou quanto tempo lá?**

R – Me parece que eu fiquei menos do que um mês.

P – **Então tudo isso o que aconteceu com o Merlino, deu-se em menos do que um mês: num período inferior a quatro semanas?**

R – Ah, é. Deve ter sido num período de, no máximo, 15 dias. Talvez menos, talvez uma semana, talvez menos, não sei bem.

P – **Você foi levado de lá para onde?**

R – Fui levado de lá para o DOPS de Belo Horizonte. De lá fui para o presídio de Linhares.

P – **E quando você ouviu falar de novo do Merlino?**

R – Foi em Linhares. Foi lá que me disseram que o Nicolau era Luiz Eduardo Merlino. Eu até então não sabia quem era. E me disseram que ele teria sido assassinado; e eu não tinha visto ainda a fotografia, eu não estava seguro não. Mas em todo o caso eu dei o nome a minha cela de Luiz Eduardo Merlino; era hábito nosso, os presos políticos, dar o nome à sua cela, de um companheiro que tinha sido assassinado pela repressão. Mais tarde eu vi a foto no jornal *Movimento*.

P – **Guido Rocha, você espera que essas declarações suas sirvam para esclarecer as circunstâncias da morte de Merlino?**

R – Espero e estou disposto a fazer o que for possível para esclarecer o caso do Merlino.


Eu estava no sétimo mês de gravidez

“Eu apanhei muito e apanhei do comandante... ele foi o primeiro a me torturar e me espancou até eu perder a consciência, sendo que era uma gestante bem barriguda. Eu estava no sétimo mês de gravidez”.

Criméia Alice Schimdt de Almeida

Fonte: “Novo processo contra o torturador Ustra” *Caros Amigos*, dezembro de 2010, n.º 164

Guido Rocha faleceu em Belo Horizonte, em 07/07/2007.



ligue communiste
section française de la IV^e internationale

pour toute correspondance : henri weber, rue du faubourg st-martin, paris 10^e
tél. : COM 700

Con el membrete que antecede y la firma de Alain Krivine recibimos de la hermana organización francesa el siguiente comunicado de prensa.

La Liga Comunista (Sección Francesa de la IV Internacional) denuncia a la atención pública un nuevo crimen de la dictadura militar brasileña: el asesinato de Luis Eduardo Merlino, el camarada "Nicolás", periodista y militante revolucionario y miembro de la IV Internacional.

El camarada Luis Eduardo Merlino fue arrestado en San Pablo el 15 de julio por los militares de la Operación Bandeirantes (especialistas en la caza de revolucionarios). El día 21 su cadáver fue remitido a su familia. Fue salvajemente torturado hasta la muerte por haberse rehusado a la delación que quisieron sacarle mediante métodos sólo comparables a los usados durante el nazismo. Entre los nombres de otras personas recientemente arrestadas se encuentra el del Profesor Rui Coelho Director del Departamento de Ciencias Sociales de la Universidad de San Pablo.

Luis Eduardo Merlino tenía 23 años y se radicaba desde el 18 de octubre de 1947 en Santos (Estado de San Pablo). Trabajó notablemente como periodista en el diario *Jornal da Tarde* (Estado de San Pablo), en el *Folha da Tarde* y en el *Jornal do Bairro*. Militante del movimiento estudiantil, fue miembro de la Comisión Ejecutiva de la Unión Estudiantes del Estado de San Pablo (UEE clandestina) y jugó un rol importante durante los movimientos de masas de 1968. En ese año se integró al Partido Obrero Comunista (POC) bajo el seudónimo de "Nicolás"; fue un militante opositor dentro de esta Organización. Su incorporación al trotskismo lo llevó a desarrollar una intensa lucha en el seno del POC para imponer una orientación correcta en la perspectiva de la guerra revolucionaria prolongada.

Había viajado recientemente a Francia, estando presente como observador en el 29 Congreso de la Liga Comunista que se efectuó en Roen durante el mes de Mayo.

El asesinato de Luis Eduardo Merlino por los mercenarios de la dictadura militar revela la naturaleza de un régimen que ha instituido la tortura como sistema. La represión feroz, es una necesidad imperiosa para imponer la política antipopular del gobierno presidido por Médici. Esta política de desarrollo capitalista, solo beneficiosa para las clases dominantes y el imperialismo está basada en la miseria y la opresión de la mayoría del pueblo brasileño.

La Liga Comunista, rinde homenaje al Camarada Luis Eduardo Merlino que combatió valientemente a la dictadura militar. La Liga Comunista llama a los trabajadores y los estudiantes franceses para apoyar la lucha del pueblo brasileño por su liberación social y nacional. Apela a los periodistas franceses a dar su solidaridad a los camaradas brasileños rompiendo el muro de silencio haciéndose eco de todos los casos de represión en Brasil. La Liga Comunista denuncia en esta oportunidad la complicidad del gobierno francés que, al impedir la entrada en Francia de Apolônio de Carvalho, militante revolucionario brasileño y viejo combatiente de la Resistencia, muestra una vez más su intento de cubrir los crímenes de la dictadura brasileña.

Alain Krivine
Por el Buró Político de la Liga Comunista

Nota da Liga Comunista – Seção Francesa da IV Internacional
Fonte: *Socialismo y Revolución*, 1971, Buenos Aires

História do POC

Angela Mendes de Almeida e Maria Regina Pilla

Fundado em 1968, o POC (Partido Operário Comunista) foi o resultado da fusão entre a POLOP (sigla de Política Operária) e a Dissidência Leninista do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Rio Grande do Sul. Desde a sua origem, o POC se reivindicou como a continuação da POLOP, adotando como base programática o “Programa Socialista para o Brasil”, que no decorrer dos anos 1961 (data da fundação da POLOP) até 1968 havia orientado as posições de seus militantes no debate ideológico que nesses anos os opunha ao PCB (diretamente marcado pela influência soviética) e às correntes originárias do catolicismo de esquerda, que deram origem à AP (Ação Popular). O golpe de 1964 veio colocar em cheque aquilo que se convencionou chamar como o “reformismo” do PCB, em poucas palavras, a sua famosa teoria da “revolução por etapas” — pela qual nosso país se encontraria na fase da revolução democrático-burguesa e, portanto, de alianças com um pretenso setor “revolucionário” da burguesia nacional, a mesma que havia articulado o golpe contra as forças progressistas do país. Era contra essa visão que se colocava o “Programa Socialista para o Brasil”.

Durante o ano de 1967, todas as correntes de esquerda no Brasil foram galvanizadas por uma série de fatos políticos entre os quais a divulgação das teses foquistas através do livro de Régis Debray, em *Revolução na revolução*, que pretendia estar teorizando a experiência cubana; o assassinato de Che Guevara, em 8 de outubro daquele ano, na Bolívia; a evolução da Guerra do Vietnã e as vitórias heroicas dos vietcongues, aos quais se associava a palavra de ordem de “Criar um, dois, três, muitos Vietnãs”; e a divulgação das teses maoístas; além, é claro, da tomada de consciência sobre o fracasso que havia sido a impotência dos setores populares diante do golpe militar de 1964 e da política pecebista de aliança com a “burguesia progressista”.

Todos estes fatores levaram não apenas ao incremento da militância de esquerda, como a um reagrupamento dessas forças. No que concerne à POLOP, duas cisões importantes, decididas a iniciar a luta armada, carregaram militantes para a VPR e a COLINA.

Ao mesmo tempo em que se gestavam essas cisões, fruto de amplas discussões dentro de cada organização e entre elas, a ala que continuava a defender o “Programa Socialista para o Brasil”, aproximou-se da “Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul” (do PCB). Nas discussões entre estes dois setores, que dariam origem ao POC, firmara-se a confirmação da adesão ao chamado “marxismo revolucionário”, que fazia a crítica do stalinismo da União Soviética e reivindicava uma análise marxista crítica da realidade brasileira, na qual não cabia a ideia de aliança com a “burguesia nacional”, supostamente progressista. Ao mesmo tempo o POC reivindicava o papel preponderante da classe operária na revolução e nisso seguia seus líderes que haviam já escrito abundantemente sobre o assunto: Rui Mauro Marini (exilado desde 1964 e já falecido), Ernesto Martins (nome de guerra de Erich Sacks, militante alemão que havia lutado nas Brigadas Internacionais da guerra civil espanhola), preso nos anos setenta e falecido posteriormente, e Eder Sader (já falecido).

Foi portanto a herança da POLOP que guiou a atuação do POC no ano crucial da revolução brasileira e mundial, 1968. Foi a partir dessas ideias e da atuação no movimento estudantil que foi elaborada a tese da Universidade Crítica, com a qual os militantes atuaram no movimento, em vários estados do Brasil e com presença na UNE, sobretudo no XXX Congresso da UNE, realizado em Ibiúna, em outubro de 1968. Foi também com estas bases programáticas que o POC procurou ampliar seus contatos no movimento operário, tendo participado da famosa Greve de Osasco, em 1968. E, naturalmente, sobretudo depois do Ato Institucional nº 5, em dezembro desse mesmo ano, que trouxe o refluxo do movimento de massas e o endurecimento espantoso da repressão, uma parte de seus militantes não ficou imune ao desejo de aderir à luta armada, juntando-se a outras organizações que já a praticavam.

As discussões sobre esta questão foram o pomo de discórdia que levou à cisão, em 1969, de uma parte minoritária, embora significativa, do partido, que reivindicando a manutenção das teses da POLOP sem qualquer modificação face à conjuntura, voltou a adotar o nome de POLOP, levando dois dirigentes dos mais antigos e importantes, Martins e Sader. Ao mesmo tempo, em meados do ano seguinte o partido sofria o seu primeiro golpe repressivo.



Manifestações da Seção francesa da IV Internacional, aproximadamente 1969. Em destaque, Alain Krivine



O POC continuou as suas atividades (agora sob o nome de POC-Combate, nome da revista que editou, já no exílio), no movimento estudantil e no movimento operário, prejudicado pela dura e asfixiante repressão, ao mesmo tempo em que ampliava suas relações com algumas organizações armadas que, justamente nesse momento, eram vítimas de dura repressão.

O clima de 1970 era angustiante: parecia a muitos que a luta, além de árdua, não teria frutos. Impressionados por esse clima, onde havia até certo derrotismo, e tentando contrapor-se a ele, alguns militantes, renovando suas raízes antistalinistas, procuraram desenvolver contatos internacionais que lhes ampliassem o horizonte asfixiante dos acontecimentos no Brasil e dessem ao partido uma dimensão histórica da luta revolucionária. Foi assim que nasceram, no segundo semestre de 1970, os primeiros contatos com a IV Internacional (Secretariado Unificado), liderada naquele momento por Ernest Mandel (já falecido), Pierre Frank (ex-secretário de Trotsky, já falecido), Alain Krivine (atualmente deputado pela França ao Parlamento Europeu) e Daniel Bensaid. Desses contatos brotou a adesão à IV Internacional e a elaboração de cinco teses: “Por uma revisão da estratégia de guerra revolucionária”, “Questões de organização e programa para o movimento operário”, “Sobre a construção do partido leninista de combate”, “O que é o PCB” e “Teses sobre o ABC”, publicadas em *Combate* nº 1, em 1971.

Mas ao mesmo tempo em que estas sementes frutificadoras de uma militância mais consciente e mais ampla eram forjadas, a repressão, que varria todas as organizações da extrema-esquerda (poupando, naquela fase, o PCB), acabou atingindo também o POC, em meados de 1971, quando dezenas e centenas de militantes foram presos, sobretudo em São Paulo e no Rio Grande do Sul, sendo que seu jovem dirigente, Luiz Eduardo Merlino, torturado brutalmente durante 48 horas e abandonado em uma solitária, terminou por morrer de gangrena.

Entre os militantes que se salvaram da repressão (alguns por se encontrarem provisoria

Fonte: Fotogramas extraídos do filme “Mourir à trente ans” (1982). Diretor: Romain Goupil

mente fora do país), a maioria se exilou no Chile, enquanto alguns tentaram (e conseguiram) sobreviver no país, apesar de condenados e perseguidos. No Chile um reagrupamento foi efetuado, já agora sob a égide de uma militância internacional. Em meio a novos recrutamentos, além da militância local nas organizações ligadas à IV Internacional, dois núcleos de atuação, interligados, se organizaram: um no Chile, que se preparava para a reinserção no Brasil, e outro na Argentina, que em um primeiro momento atuava dentro do PRT (*Partido Revolucionário de los Trabajadores*), que nessa época tinha ligações com a IV Internacional.

O núcleo do POC-Combate que atuava no Chile conseguiu, lentamente e com grandes dificuldades, desde o início de 1973, reinserir no Brasil, alguns militantes que estavam voltados para, em primeiro lugar, conseguir sobreviver, o que já não era fácil para muitos que já estavam fichados pela repressão, e para concentrar seus esforços, nesse momento, no movimento operário.

Outros militantes, entretanto, estavam ainda no Chile quando o golpe militar se tornara irreversível, em julho de 1973, e naquela conjuntura, movidos por um sentimento internacionalista, apesar de poderem deslocar-se, seja para a Argentina, seja para o caminho já trilhado do Brasil, decidiram ficar e, se fosse possível, colaborar na resistência chilena. Não foi possível: lá também não houve resistência organizada e o militante Nelson de Souza Kohl foi assassinado pelos esbirros de Pinochet, tendo sido preso e “desaparecido” em 15 de setembro, quatro dias depois do golpe.

O núcleo que atuava na Argentina terminou, em certa medida, aglutinado pelo grupo de militantes argentinos que, fazendo uma opção mais clara e decidida pela IV Internacional,

deixaram o PRT para fundar a *Fracción Roja* (Fração Vermelha), em 1973. Dentro dessa organização, embora mantendo o contato e a solidariedade prática com o núcleo do Brasil, militantes brasileiros do POC-Combate atuaram durante o período de repressão do governo de Isabelita Perón e da terrorista “Três A – Aliança Anticomunista Argentina” – na fase cruel de preparação da ditadura militar que viria a tomar o poder em 23 de março de 1976. Em maio de 1975, essa repressão, que já havia golpeado duramente as organizações da extrema-esquerda, armadas ou não, atingiu a *Fracción Roja*, com a prisão de cerca de duas dezenas de militantes, inclusive três brasileiros (dentre os quais Flávio Koutzii e Paulo Paranaguá), que juntamente com os argentinos, foram barbaramente torturados e posteriormente processados, permanecendo presos devido à Lei do “estado de sítio”.

De 1975 em diante, os militantes do POC-Combate, espalhados pelo mundo, nas prisões argentinas, na militância dificultosa no Brasil, no exílio por diversos países europeus e latino-americanos, desarticularam-se politicamente, muitos deles preferindo atuar na organização da IV Internacional do país em que viviam. Mantiveram no entanto laços de solidariedade pessoal, sobretudo entre argentinos e brasileiros, que duram até hoje.

março de 2002

Fontes: <http://www.desaparecidospoliticospoliticos.org.br>
http://www.ovp-sp.org/hist_poc.htm

O contexto da imprensa durante 1968

Beatriz Kushnir, *Cães de Guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*



Batalha da Maria Antônia, 03/10/1968

O jornal de maior tiragem: a trajetória da *Folha da Tarde*

Os jornalistas

(...) “Quando Abramo chegou pela primeira vez à *Folha de S. Paulo*, em fins da década de 1960, o jornal se encontrava em um momento de afirmação. O ano de 1967 foi o período inicial das transformações da

Folha, quando o grupo passou a investir em tecnologia, com a aquisição de máquinas *offset*, e no aumento da frota para acelerar a entrega de seus jornais. Essas alterações se iniciaram pelo jornal *Cidade de Santos*, em 8/7/1967, e chegaram à *Folha de S. Paulo* em 1.º/1/1968. No meio do caminho, em 19/10/1967, contemplaram a *Folha da Tarde*, que renasceu a partir de então. A utilização do *offset* permitiu que a *Folha*

da Tarde fosse o primeiro jornal paulista a publicar fotos coloridas na primeira página.” (p. 226)

Por que a *Folha da Tarde* renasceu?

(...) “A *Folha da Tarde* renasceu em uma brecha ainda aberta em fins de 1967 e que logo se fechou. Se o jornal despontou sob o signo arrojado, foi perdendo esse fôlego no decorrer da caminhada. Para fazer frente ao

Jornal da Tarde, tido por muitos como mais à esquerda, ou menos à direita, o Grupo Folha da Manhã, lançou a *Folha da Tarde*, com uma diretriz, naquele instante, de reportar a efervescência cultural e as manifestações estudantis a pleno vapor.” (p. 230)

(...) “Nessa ‘nova ordem mundial’ (*rock’n’roll*, movimento feminista, guerra do Vietnã, Maio de 68 em Paris, Che Guevara) o *JT* e a *Folha da Tarde*, quando chegaram às bancas, encontraram no Brasil os festivais de música que revelaram Caetano Veloso, Chico Buarque, Gilberto Gil, Gal Costa, Geraldo Vandré e muitos outros. O próprio Roberto Carlos, tido como mais ‘enquadrado’, mandava tudo para o inferno. No teatro, o Oficina encenava *O rei da vela*, e quatro peças de Plínio Marcos estavam em cartaz em São Paulo.

(...) Mas também havia a efervescência contestatória dos movimentos estudantis, que cresciam em uma proporção geométrica, e os primeiros passos da luta armada. Assim, eram tempos em que as radicalizações engatinhavam.” (p. 231)

(...) “Essa proposta cumpriu seu papel por pouco mais de um ano e oito meses. No meio do caminho entre essa intenção e a realidade, tem-se a decretação do AI-5. Seguindo o desenho do novo tabuleiro político a partir de então, esse jornal passou a ter uma péssima fama e a sua redação foi completamente reformulada. Se no período até meados de 1969 tem-se a bonança, depois reinaram as trevas.” (p. 232)

(...) “No dia seguinte, 3 de outubro (1968), foram duas as manchetes da primeira página: os 12 mil estudantes reprimidos por soldados do Exército na Cidade do México e ‘Maria Antônia volta a ferver’, quando um aluno, José Guimarães, foi morto por

membros do CCC (Comando de Caça aos Comunistas) e do Mackenzie. As fotos do confronto entre os alunos do Mackenzie e os da Filosofia da USP, que ganharam manchete também no dia 4 de outubro, foram feitas por Makiko Yshi, fotógrafa da *Folha da Tarde* e uma das primeiras mulheres nessa função. Nelas aparecem os estudantes do Mackenzie atirando na direção da fotógrafa. Recorrente na memória de seus colegas, essa sequência de três fotos ilustra o clima que o jornal procurava captar nas ruas e mostrar.” (p. 246)

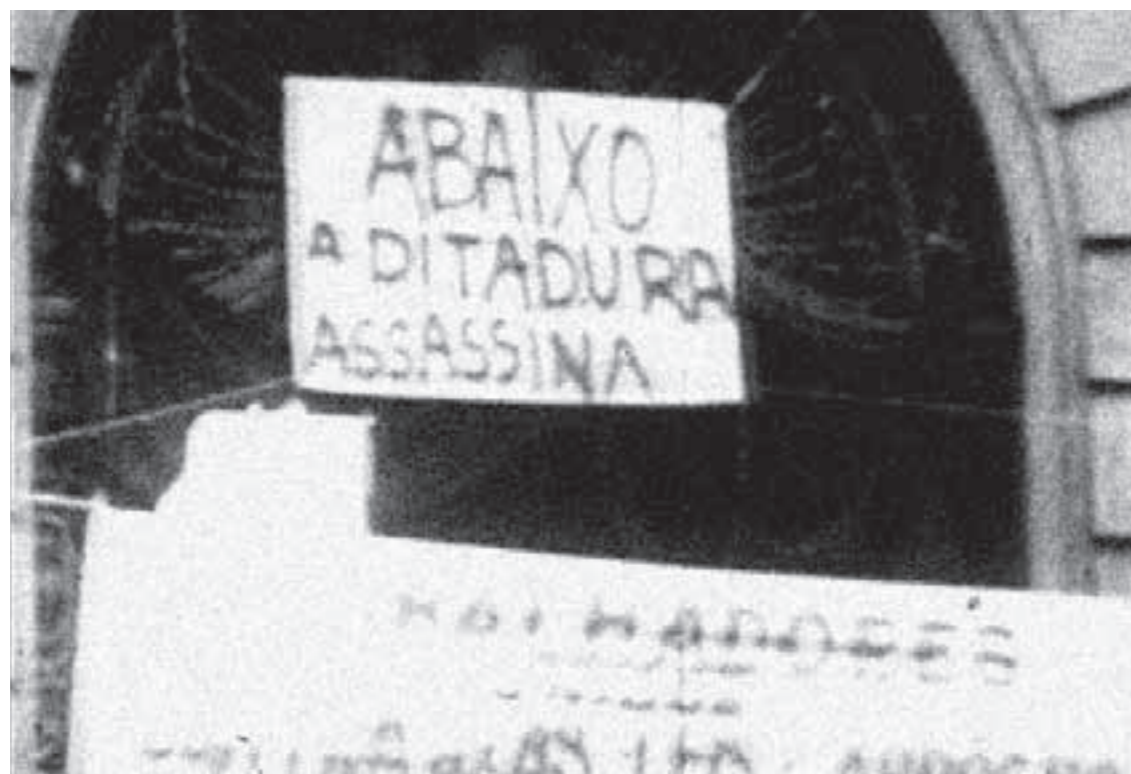
(...) “Dez dias depois, em 14 de outubro, a chamada da primeira página dizia: ‘UNE já pensa na sua volta’. Depois do cerco policial ao trigésimo congresso da entidade ocorrido dois dias antes, em Ibiúna, onde mais de setecentos estudantes foram presos, os libertos prometiam passeatas por todo o país. Frei Betto relatou que o setorista de polícia da *Folha da Tarde* informou-lhe que os estudantes seriam presos durante o congresso clandestino. Mas era impossível avisá-los. Assim, restou ver a cobertura do congresso proibido feita para o jornal por Luiz Eduardo Merlino e Antônio Melo, que é rica em detalhes, nomes e fotos.

(...) Solucionando o dilema, a *Folha da Tarde* ilustrou as prisões em Ibiúna de maneira detalhada. Como o jornal nascia com a proposta de cobrir os movimentos estudantis, Luiz Eduardo Merlino esteve presente no congresso proibido da UNE

para cobri-lo. Mesmo detido e transferido para o presídio Tiradentes, Merlino pôde, além de reportar os fatos, trazer mensagens dos companheiros presos.

Sua reportagem, de cinco páginas, relatava e mostrava a violência praticada no local, que aumentaria a partir de então por todo o país. Merlino contou sobre os jovens que chegavam de todas as partes e que tomaram de surpresa a pacata Ibiúna, que ficou sem comida. Os homens do DOPS aportaram na quinta-feira, dia 10, ao mesmo tempo em que os estudantes também continuavam a desembarcar. O jornalista preocupou-se em nomear cada agente da repressão envolvido e em denunciar a prisão dos líderes estudantis, como Vladimir Palmeira, Luís Travassos, José Dirceu e Franklin Martins, e do seu amigo dos tempos do Amanhã, José Roberto Arantes. No pátio do presídio Tiradentes, o orgulho (sarcástico) dos investigadores do DOPS pelo sucesso da ‘colheita de tantos subversivos’ foi registrado pelo jornal. Solto, Merlino fez das páginas da *Folha da Tarde* testemunhas de tudo que viu e uma longa análise do movimento estudantil no pós-1964.” (247)

Fonte: Beatriz Kushnir, *Cães de Guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo, Ed. Boitempo Editorial, 2004.



Rio de Janeiro, assassinato de Edson Luís, abril de 1968

Merlino e o 30.º Congresso da UNE

UM TRISTE CONGRESSO

Luiz Eduardo Merlino (publicado sob o pseudônimo de Antônio Mello)

Durante três dias o repórter Antonio Mello viveu a mesma vida dos estudantes que participaram do Congresso da UNE: andou debaixo de chuva, comeu muito pouco, dormiu menos ainda. Acabou também preso, como eles, numa cela úmida do presídio Tiradentes.

Tiros de revólver e metralhadora, o fim do congresso

Levei o copo de café preto e cheio de pó à boca, pela segunda vez. Meu gesto foi interrompido por tiros de revólveres e rajadas de metralhadoras. Vi alguns estudantes correndo e caindo na lama grossa do chão. Não vi quem atirava. Olhei para todos os lados. Pensei: “Será que a Polícia chegou e está encontrando alguma reação por parte dos estudantes que estão lá na frente?”

De repente, de todos os lados, começaram a surgir soldados com armas nas mãos, disparando sobre nossas cabeças e gritando palavras que ninguém entendia. Um estudante tentou saltar a cerca, um soldado fez fogo. A bala deve ter passado bem perto, o rapaz voltou de mãos na nuca, meio trêmulo. As meninas que cozinhavam para nós na coqueira improvisada em cozinha, começaram a correr.

Um soldado apontou-me o revólver e gritou:

– Corre, seu vagabundo, se quer levar uma bala.

Um pouco nervoso levei o copo à boca. Sabia que, devido à descoberta do local onde se realizava o Congresso da UNE, até comer-mos de novo iria levar horas.

– Se você não correr eu mato – gritou de novo o soldado.

Vi que não dava para correr devido à lama intensa que se acumulara na fazenda nos últimos três dias (não parou de chover o tempo todo). Levantei as mãos, cruzei-as contra a nuca. Juntei-me a dois outros jornalistas que, como eu, cobriam o XXX Congresso Nacional da UNE que não chegou a ser instalado. Juntos caminhamos até o plenário – um barracão improvisado para este fim. Ele estava coberto por uma lona verde, com vários galhos de árvores sobre ele. O soldado queria nos forçar a sentar na lama. Alguns dos congressistas, menos de dez, corriam em direção a uma serra próxima. Dois soldados acionaram suas metralhadoras e eles desistiram da fuga. Vieram se juntar a nós.

– Todo mundo de mão na cabeça, coluna por um para passar naquela porteira e ser revistado. Atirem suas bagagens fora – fala um sargento.

– Anda, seus baderneiros – grita outro soldado.

– Rápido, seus moleques; não tem moleza.

– Anda, anda, ou leva bala pra matar, seus cachorros.

Os soldados falavam quase ao mesmo tempo, tentando amedrontar os estudantes. As armas sempre apontadas aos nossos corpos, algumas delas engatilhadas, causavam-nos um pouco de medo.

O que mais me surpreendeu foi que não houve pânico. O moral estava elevado de forma surpreendente. Apenas duas meninas desmaiaram de medo. Os demais cantavam, assobiavam ou se mantinham em silêncio.

O sofrimento passado nos dias anteriores talvez os tivesse preparado para reagir daquela forma. Durante todos os dias que estivemos na fazenda Murundum, passamos por diversas privações. O quebra-jejum, em geral, se resumia a um copo de café. O almoço era

meia concha de feijão, duas rodela de batata. O jantar, um prato de sopa.

Essas dificuldades começaram desde os últimos 20 dias que antecederam o congresso que não houve. Grande número de delegados veio do Norte do país. Muitos viajaram de pau-de-arara, ônibus e trem para poderem chegar a São Paulo. Dezenas dormiram no meio do mato sem comer coisa alguma, levando chuva seguidamente.

Desde o seu começo um congresso de frio, fome e sono

Uma semana antes de serem transportados os últimos delegados para a fazenda, os que se encontravam lá, já passavam dificuldades com refeições reduzidas, frio e sem ter onde dormir.

Eu fui para lá na quinta-feira, com mais quatro outros colegas de imprensa, fui apanhado em frente ao restaurante Paulino, na avenida Rebouças. Naquele dia, quase às 13 horas, dois Volkswagens se aproximaram e estacionaram junto a nós. O rapaz que dirigia um deles indagou:

– Onde fica o Hospital das Clínicas?

– Em Pirituba.

Aquela era a senha combinada para identificar que estávamos credenciados para o Congresso Nacional da UNE, como jornalistas. Nas imediações da Cidade Universitária, numa rua residencial, tivemos nossos olhos vendados para não identificarmos o local do Congresso, após sua realização. Faltavam 5 minutos para as treze horas.

Depois de rodarmos muito tempo, paramos. Demoramos cerca de dez minutos no interior dos carros. Depois, tiraram nossas vendas. Estávamos no campo, além de nós havia mais umas dez outras pessoas. Subimos num caminhão e fomos conduzidos, durante cerca de uma hora, até o local onde se realizaria o Congresso. Caía uma garoa contínua

e o velho caminhão derrapava no lamaçal.
– Dirceu, venha até aqui – grita o delegado Buonchristiano.

O presidente da UEE (União Estadual dos Estudantes) estava à minha frente. Usava capa creme, a barba por fazer. Tinha o semblante abatido. Na véspera, tivera uma crise muito forte de asma, passando vários instantes sem poder respirar. Ouvi quando o coronel que comandou a operação indagou, em tom de afirmação, se ele estava organizando um foco de guerrilheiros, ao que Zé Dirceu respondeu ser uma reunião de estudantes. Algumado, seguiu entre dois investigadores. Só fomos vê-lo de novo a quase oito quilômetros de distância dali, dentro de uma perua do DOPS.

Depois dos quarenta minutos de derrapagens, balanços dentro do caminhão, chegamos ao local onde estava armada uma tenda. Era ali onde seria realizado o Congresso. A garoa continuava. De uma cocheira vinha o cheiro de comida. Entramos imediatamente na fila para receber nossa refeição. Ainda não tínhamos comido nada. Mesmo assim só nos coube meia concha de feijão e duas rodelas de batata. A fome parecia ter aumentado. Só voltamos a comer de novo à meia-noite: metade de um prato de sopa e nada mais.

Lama, desmaios, é o longo caminho a Ibiúna

– Coluna por um e todo mundo andando. Os 720 passamos a caminhar a passo rápido.

Era numa casa de dois compartimentos. No quarto onde passei a noite não tinha mais que 30 metros quadrados. Mas havia nele mais de cem pessoas, tentando dormir todos sentados. Cada vez chegava mais gente, a situação ia se tornando cada vez mais difícil. Só lá pelas 3h30 da manhã é que consegui adormecer. Passados 30 minutos fomos despertados, havia uma outra turma para dormir. Saímos. O frio era tão intenso que nossos lábios rachavam. Fomos até a cocheira onde fora improvisada a cozinha, lá nos serviram um pouco de café.

– Um médico, um médico. Uma menina caiu lá na frente. Parece que está muito mal.

Um sextanista de medicina saiu da fila para atender o caso. Realmente a garota não estava bem. Devido à pouca alimentação, ela perdera os sentidos. Junto a mim passou outra garota carregada por dois estudantes. Era paraplégica, tinha dificuldades de caminhar. A moça que perdera os sentidos foi conduzida para uma maca improvisada pelos estudantes

e quatro deles passaram a transportá-la. Depois, conseguiram uma carroça, para levá-la.

Na plenária de preparação, muita discussão

Toda sexta-feira foi perdida no plenário com discussões sobre credenciais. Só com a delegação da Bahia, foram perdidas mais de três horas. A de Minas Gerais levou outro tanto de tempo. O pior é que os debates entraram pela noite. A abertura do Congresso estava marcada para o dia seguinte, sábado às 8h30. Mas a Polícia chegou uma hora antes, impedindo que se iniciasse.

Durante a plenária de preparação havia sexta-feira, tanto Travassos quanto José Dirceu viram que a situação quanto às eleições não estava definida. Ambos se preocupavam com os delegados que ainda não haviam chegado e os que não tinham ainda se decidido em quem votar. Os conchavos se intensificavam de todas as partes. A delegação do Ceará não me pareceu que ia ficar com o José Dirceu. A maioria, talvez se abstivesse em votar. O mesmo acontecia com pelo menos dez delegados da Guanabara e com os quatro do Rio Grande do Norte. Entre o pessoal de Minas Gerais a situação parecia a mesma.

Nos delegados vacilantes estava a esperança das duas facções. Por isso eles queriam que outros que ainda não haviam chegado também viessem. As discussões se acirraram, o clima ficou tenso e o 30º Congresso prometia muitas brigas. As críticas, em grande número, eram feitas em termos pessoais. Às vezes, causava-nos surpresa a reação do plenário. Se não fosse a Polícia chegar, o Congresso talvez só terminasse hoje ou amanhã à noite, após muita confusão.

No sábado, levantei às 6h30. Tinha ido dormir às quatro. Entrei na fila do café e aí chegou a Polícia.

Agora, na fila de presos pensava sobre o que podia acontecer. A caminhada era bastante grande, não sabíamos se iríamos para São Paulo, para Sorocaba ou para outro local. Caminhava atrás do Luís Travassos que ainda não havia sido reconhecido pela Polícia. Acendi um cigarro, tínhamos tido ordens para isso, e comecei a conversar. Um soldado, que é da Força Pública da Capital, chamou-me ríspido:

– Cabeludo, vem cá.

Saí da fila e fui até ele. O soldado retirou o cassetete. Naquela hora pensei que ia começar a apanhar. Fiquei com medo, pois outro



soldado também se aproximou, cassetete em riste, mão no revólver que levava na cinta. O primeiro falou-me:

– Onde você pensa que está? Na casa da sua mãe, pra ficar batendo caixa e fumando?

Respondi-lhe que indagasse ao coronel, pois fora ele que nos dera a licença de fumar e conversar. Empurrando-me o soldado me fez retornar à fila.

Na altura do oitavo ou nono quilômetro, havia ônibus e caminhões estacionados, além de algumas peruas e jipes da Polícia. Os ônibus eram de empresas particulares. As moças foram transportadas para esses veículos e nós continuamos nossa caminhada. Quando passávamos junto aos coletivos trocávamos brincadeiras que faziam todos rir. A maioria dos ônibus trazia placas de “Turismo”. Isso foi motivo para muitas piadas.

Continuamos a marcha durante três horas. Nela os soldados conversavam conosco. Um disse:

– Olha pessoal, nós não temos raiva de vocês. Sabe, até gostamos de vocês. Inclusive eu sou estudante. Estou aqui porque recebo ordens e se não cumpro vou pra cadeia.

Outro reclamava contra o local que havia escolhido para o congresso. Dizia que “era muito escondido. De outras vezes vocês podiam escolher um lugarzinho melhor. Não precisa ser no meio do mato”

Um estudante respondeu que o próximo Congresso vai ser realizado no “Othon Palace”.

Guerra psicológica

O momento de maior apreensão foi quando chegamos a uma clareira onde

esperamos transportes requisitados pela polícia para seguirmos até Ibiúna. Sentados na grama molhada, alguns dormiam. Um cabo foi passando de soldado a soldado, eles faziam um círculo em torno de nós. O cabo dizia qualquer coisa aos soldados e estes tiravam seus cassetetes e ficavam balançando-os em nossa direção. Um sargento começou a travar e destravar sua metralhadora. Longe, ouvíamos a voz de alguém que mandava em posição de sentido, levar os fuzis aos ombros e marchar em nossa direção. Alguns pensaram em fuzilamento. Outros acreditavam apenas ser espancados. A maioria tinha certeza ser apenas uma pequena guerra de nervos. E era isso mesmo.

Em caminhões e ônibus seguimos para Ibiúna. No coletivo em que eu estava, havia

mais 61 pessoas espremidas umas contra as outras. O soldado na frente queria colocar ainda mais dez estudantes. Era impossível caber tanta gente. Depois de nos darem vários empurrões, desistiram. Não dava mais ninguém, mesmo.

Ao chegarmos em Ibiúna – fomos os últimos – muita gente se encontrava em torno dos veículos. Alguns chegaram mais próximos, se oferecendo para trazer água e comida. Uma caneca d’água veio para os 62 que estavam no meu ônibus, deu apenas para molharmos os lábios. Depois mandaram um pão, dos grandes. Pedacos iguais foram distribuídos para todos nós.

Por volta das 16 horas saímos de Ibiúna. Muitas pessoas nos acenavam e desejavam “boa sorte”.

Em São Paulo, é o frio da cela da Penitenciária

Chegamos em São Paulo por volta das 18 horas. Com sirenas abertas as peruas da Polícia formavam verdadeiro “curso”. Fomos conduzidos diretamente para a penitenciária Tiradentes. Vários jornalistas aguardavam nossa chegada. Havia um pequeno aglomerado em frente à Penitenciária, o trânsito foi desviado. Os investigadores do DOPS e militares da Força Pública se mostravam muito orgulhosos.

– Nunca prendemos tantos subversivos juntos. É, foi uma boa colheita.

Do pátio em que ficamos, após contados, seguimos para as celas. Investigadores do DOPS e soldados da Força Pública nos acompanhavam, cassetetes em riste. Passamos pelas celas onde os outros já estavam. Ficamos na última.

O chão era de cimento, não havia camas, ou cobertores. Da latrina exalava um odor insuportável. Não havia pia, só uma torneira junto a latrina. Lá tínhamos que tomar banho e retirar água para bebermos. Mas, nem aí, o nosso moral caiu. Éramos 62 dentro de uma cela de, aproximadamente, 50 metros quadrados. Não podíamos deitar. Ficamos todos sentados, com as costas apoiadas aos joelhos dos colegas que se encontravam imediatamente atrás.

Discutimos nossa situação, formando uma pequena assembleia. Formamos comissões de alimentação, dormida e cigarros. Os mantimentos que haviam sido levados pelos congressistas foram divididos em partes iguais entre todos que estavam na mesma cela. O mesmo aconteceu com os cigarros. Comi um pedaço de chocolate que não tinha mais de um centímetro, dez caroços de

amendoim, um pedaço de doce do tamanho do chocolate. O pedaço de queijo também era igual aos outros. Foi o nosso jantar, não dava 100 gramas no total.

O frio era intenso. Uma corrente de ar se formava da grade da porta à grade da janela. Forramos o chão com nossos cobertores pois não havia suficientes para todos. Sentados, como na fazenda em Ibiúna, tentamos dormir. Alguns o conseguiram. Fiquei conversando com um companheiro da *Manchete* sobre nossa situação. Mesmo sendo jornalistas, estávamos trancafiados em cela destinada a condenados de justiça. Resolvemos, mesmo sendo do nosso direito prisão especial, não pedi-la e ficar até o fim, aguardar os acontecimentos.

Quanto mais o tempo passava, o frio ia aumentando. Meus dentes batiam contra os outros pois eu não conseguia controlar os músculos dos maxilares. O chão mesmo forrado, era mesmo que gelo. No corredor, o carcereiro, um homem moreno, japona azul, bigode espesso, passeava.

Por volta da meia-noite abriu a cela e gritou com voz grossa:

– Rápido, todo mundo em fila, coluna por um e me segue.

Perguntei, se era preciso pôr as mãos na nuca. Ele ficou bravo, falou muitos palavões e mandou que seguissemos adiante.

Passamos por uma porta estreita para outra ala do presídio. Outros jornalistas estavam sentados em bancos na sala. Fizeram-se sinal de que tudo estava razoável. Dei informações pessoais para preencher o documento de triagem. Fui levado até os outros companheiros de imprensa. Um deles abriu uma lata de leite condensado, devoramos todo seu conteúdo

em questão de minutos. Isso serviu de diversão para os investigadores. Riam da nossa fome, do nosso frio. Cerca de dez minutos depois, formando uma fila, saímos do presídio, entramos num ônibus verde, só jornalistas e policiais, e fomos recambiados para o DOPS.

Lá encontramos Vladimir Palmeira, José Dirceu e Antonio Ribas, este presidente da entidade dos secundaristas que fora libertado três dias antes de ser preso de novo. Vladimir tremia de frio. Os olhos estavam injetados de sangue e ele tremia de frio. Sua respiração irregular denunciava que ele devia ter sofrido outro ataque de asma.

Não demoramos muito naquela saleta. Dela fomos levados ao gabinete do delegado Dandréa. Primeiro duas companheiras foram depor. Estavam calmas como todos nós. A fome que sentíamos aumentava minuto a minuto, como o sono. Fui depor junto com colegas da *Última Hora* e da *Veja*.

Após o depoimento fomos libertados. Saímos do DOPS a passos calmos. Lembrávamos os companheiros do mesmo cárcere que estavam no presídio enfrentando a fome, o frio e, como nós, sujos de lama.

– Precisamos avisar aos outros estudantes para que levem agasalhos e alguma coisa de comer para que a turma não passe mais fome do que a que têm passado – comentei com o colega da *Veja*. Um táxi parou a um sinal que fizemos. Fomos até um restaurante onde matamos a fome de um dia inteiro sem comer.

Enquanto seguia para casa lembrava que teria uma cama com colchão e um cobertor, ao invés do chão frio e da umidade da penitenciária Tiradentes onde ficaram mais de 700 estudantes.

QUEM É ELA?

Luiz Eduardo Merlino (assinado como Eduardo da Rocha e Silva)



Que é a União Nacional dos Estudantes?

Se os delegados do DOPS estiverem com a razão, a UNE não mais existe. Ela é José Dirceu, ela é Vladimir Palmeira, ela é Luiz Travassos: ela está presa no DOPS ou nas celas úmidas do presídio Tiradentes. Para os policiais a UNE se resume nestas lideranças (ou na “minoridade de agitadores”, como pregam os discursos oficiais). São estes líderes os responsáveis pelas grandes passeatas, pelas grandes assembleias, pelas lutas dentro das escolas. São eles os “agitadores”. O resto, na melhor das hipóteses, são os “inocentes úteis”.

Se os policiais estiverem com a razão não vai haver mais problemas para o governo: acabou a “agitação”. Estão no DOPS e no presídio Tiradentes 720 líderes estudantis de todo o país e, pelo menos, os principais, devem ficar na cadeia por mais tempo.

Mas será que os policiais estão com a razão?

Na terça-feira, quando os delegados eleitos em todos os Estados já estavam chegando em Ibiúna, três mil estudantes gritavam nas ruas de São Paulo: A UNE somos nós. Foi uma passeata mal organizada. As lideranças estavam mais preocupadas com a preparação do Congresso do que com o protesto nas ruas. A “segurança” já estava em Ibiúna, ou então no CRUSP esperando uma invasão do CCC. Mas houve discursos, houve resposta à repressão

e os estudantes acabaram conseguindo o que queriam: aplausos do povo. E gritavam: A UNE somos nós.

Assim mesmo esta é apenas uma parte do problema, é apenas uma manifestação de rua. E se a UNE é um conjunto de estudantes não é aí, nestas manifestações, que ela começa.

A União Nacional dos Estudantes começa nas salas de aula com os problemas que os estudantes enfrentam numa Universidade em crise. Ali eles começam a brigar (ou a fazer “agitação”, como querem os homens da Polícia). Encontram uma Universidade cheia de falhas, sem verbas, sem vagas, sem professores. Sabem que o governo quer mudar esta Universidade para uma outra que seja paga e que atenda aos interesses do “desenvolvimento nacional”, ou seja, que forme técnicos em grande quantidade para as indústrias.

É aí que a UNE começa a existir, denunciando os planos de reforma universitária feitos em conjunto com técnicos americanos (MEC-USAID), e explorando cada aspecto negativo da política educacional do governo. Começa a agir, também, organizando os estudantes e controlando os grêmios das faculdades. Daí para as manifestações de rua é só um passo: basta apenas que surjam as oportunidades. E estas oportunidades o governo está sempre dando com a repressão aos estudantes, ou com a inabilidade do seu ministro da Educação.

E tem mais: com o aumento da crise na Universidade as manifestações começam a surgir dentro dela. Escolas são tomadas pelos estudantes que exigem participação paritária na direção. E a UNE está aí nestas brigas. Seus diretórios falam de Universidade Crítica, de Universidade Democrática, de Universidade Popular, ou, simplesmente, de Reestruturação, conforme suas posições políticas (a diretoria da UNE não tem unidade política). Os seus diretores estão nas ocupações de faculdades, nas lutas por mais vagas, por mais verbas, nas manifestações políticas. Para os homens da Polícia toda esta movimentação acontece por causa deles. São elas que as provocam, que “comandam a agitação”.

Mas será que os policiais estão com a razão?

José Dirceu, por exemplo, presidente da UEE de São Paulo, pode dar razões à Polícia. Os policiais que fazem com que os estudantes se manifestem vão acabar?

Enquanto eles não acabarem os policiais podem ficar certos de uma coisa: a UNE não vai deixar de existir.

No dia seguinte da prisão dos estudantes que participavam do Congresso, da prisão da “minoridade de agitadores”, duas mil pessoas se reuniram numa assembleia na Cidade Universitária. Foi ontem, num domingo, num local onde só se pode ir de carro, numa época de pouca frequência às aulas. Mas lá os estudantes já estavam prometendo reestru



Centenas de estudantes foram presos no 30.º Congresso da UNE, realizado em Ibiúna em outubro de 1968. Destes, 23 tornaram-se mortos ou desaparecidos políticos.

turar a UNE, formar uma nova diretoria. Lá já estavam aparecendo novos líderes, novos Dirceus, novos Palmeiras.

E lá já se planejava uma passeata para esta semana.

Depois das passeatas virão as lutas dentro das escolas. Podem começar por causa de um mau professor, de um restaurante ruim, de

um currículo inadequado. Começarão dentro das salas de aula e a UNE vai estar lá. É por isso que os estudantes gritavam na terça-feira “A UNE SOMOS NÓS” e dizem que a União Nacional dos Estudantes não vai acabar.

Eduardo da Rocha e Silva

Universidade Crítica

O Movimento Universidade Crítica, formado por universitários ligados a Edson Soares (ex-vice-presidente da UNE) lançou ontem um manifesto dirigido “A todos os estudantes”.

– “A repressão policial ao Congresso da UNE, interrompido com a prisão de todos os delegados representantes das diversas faculdades, exige dos universitários e de todos os combatentes contra a ditadura uma resposta à altura. Para isso é preciso medir onde estavam os erros, quais os fatores que precisam ser vencidos para permitir um novo avanço da luta. A importância que a reação dá à UNE é sinal de que a UNE tem sobre os ombros uma responsabilidade que não permite mais improvisações e espontaneísmo.”

A invasão do Congresso

“Era um dos maiores Congressos da história da União Nacional dos Estudantes. Era um Congresso representativo não apenas pelo grande número de delegados, mas também pela forma como tinha sido conduzido: intensa participação das bases, delegados eleitos em todas as principais faculdades do país, realização vitoriosa dos Congressos regionais preparatórios. Era um Congresso que em teses fundamentais a respeito da participação dos estudantes na luta dos trabalhadores da cidade e do campo eram debatidas amplamente. Por tudo isto era um Congresso que a ditadura temia e precisava destruir. Na manhã de sábado passado as metralhadoras da ditadura burguesa-latifundiária tomaram de assalto o sítio de Ibiúna em que mais de 700 estudantes realizavam a fase final do 30º Congresso da UNE. De imediato a reação entrou em plena euforia, desde o mais boçal tira do DOPS até os sofisticados gerais da Escola Superior de Guerra, sem esquecer os ‘liberais’ da ARENA e o demagogo Abreu Sodré. Eles tinham uma razão para alegrar-se: a UNE é mais do

que um espectro a ameaçar os privilegiados. Integrando-se na luta dos trabalhadores, ela cumpre um papel importante hoje na revolução brasileira. Mas essa alegria é curta. Eles estão começando um erro muito comum naqueles que desconhecem o processo histórico: pensam que sua vitória parcial e momentânea é definitiva. Eles pensaram o mesmo em 64. Eles descobrirão o erro mais depressa do que poderiam sonhar.”

As causas da derrota parcial

“De 64 para cá o movimento estudantil vem ganhando cada vez mais consequência. Com a repressão sistemática os estudantes foram obrigados pela necessidade a aprimorar continuamente suas formas de luta. Por isso inclusive este ano uma expressão como “esquema de segurança” entrou até no linguajar comum não só de milhares de estudantes como até da imprensa burguesa. Mas, à medida em que aprimoramos nossos métodos de luta, a ditadura burguesa-latifundiária também aprimora os seus, através de um contínuo estudo de nossas formas de luta e da atividade dos ‘experts’ norte-americanos, gendarmes da reação mundial”.

“Os grandes erros de segurança cometidos na realização deste Congresso revelam como o movimento estudantil ainda está em atraso. Precisamos de abandonar as formas de luta que se caracterizam pelo amadorismo na maneira de enfrentar as questões organizatórias. O movimento estudantil – como toda a oposição consequente a este regime – é um movimento de massa que enfrenta a repressão sistemática: por isso as atividades clandestinas e semiclandestinas têm que ser utilizadas seriamente desde as bases até suas direções. Isso não quer dizer separar a segurança das questões políticas; a segurança e todas as questões organizatórias são questões políticas. Mas isso não significa que ‘podemos confiar na massa’ e que não precisamos cuidar

da organização. Pelo contrário: a luta exige que enfrentemos com tanto afinco a questão dos meios – a organização – quanto a questão dos fins – os objetivos políticos. Desprezar a segurança, a autodefesa contra a repressão, é não enfrentar a ditadura, é ficar no mero protesto pequeno-burguês”

“Nesse Congresso a segurança falhou desde a questão de determinar seus objetivos até verificar os meios para um plano de fuga que ao menos diminuísse a ação dos policiais. Segurança não significa apenas escolher um lugar escondido mas também prever a solução dos problemas de transporte, pontos, alimentação, etc. Enfim, a soma de tantos erros (pequenos e grandes) permitiu à reação essa vitória parcial. Mas a guerra é feita de mil batalhas e mil batalhas ainda se travarão. Se soubermos aprender desta derrota, com a queda de nossos companheiros, transformaremos a derrota em começo de vitória, em novo avanço, no início de uma nova etapa em nossa caminhada”.

O que fazer: greve

“Os burgueses estão sorrindo. Pensam que a UNE foi esmagada, esquecem-se que a UNE SOMOS NÓS, milhares e milhares de universitários de todas as escolas do país. Em todas as salas de aula, em todas as cidades, em todas as cidades, formaremos Comitês de Defesa da UNE, para lutar pela libertação dos colegas presos pela conclusão do 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes, pelo avanço geral da organização e da luta. Ao mesmo tempo (...) conclamamos os estudantes à greve de protesto contra a prisão dos nossos colegas congressistas, pela libertação de todos e realização do Congresso. Essa greve deve ser tirada onde [for] possível. Ao lado disso, todas as outras formas de luta devem ser usadas – panfletagem, pichamentos, comícios-relâmpagos, ocupação de escolas, etc. Apelamos ainda para a organização de Comitês de Solidariedade à UNE, com a participação de intelectuais, artistas, secundaristas, professores, profissionais liberais, etc. À classe operária, que dá sentido à nossa luta, nós nos dirigiremos reforçando os laços que se reforçarão cada vez mais o movimento que derrubará o regime opressor. Que as nossas ações em todo o país mostrem a verdadeira força da UNE e preparem um novo avanço”.

(Trechos do Manifesto do Movimento Universidade Crítica)

UM DEFUNTO QUE NÃO MORREU

Luiz Eduardo Merlino (texto publicado sem assinatura)

A UNE é um defunto que não morre. Em 1964 o governo disse que ela não mais existia: estava na ilegalidade, tinha virado ex-UNE. Mas um ano depois ela estava de volta com o presidente e diretores eleitos. Agora dizem que ela morreu de novo mas os estudantes falam: a UNE somos nós.

“Em 1964, o governo acendeu as velas, contratou as carpideiras e preparou o funeral da UNE. O velório teve um único defeito: o defunto recusou-se a morrer. Nos tanques de Castelo e Costa e Silva estava todo o roteiro do enterro: prisão das lideranças estudantis, cremação da sede da UNE pelos policiais do DOPS, substituição da entidade por mario-netes do novo governo. O enterro deveria ser nacional; da UNE não deveriam ficar vestígios em todo o país. O aparato funeral foi tão assustador que a UNE ficou paralisada durante meses. Perdeu completamente o controle do seu imenso organismo, que na época de Jango Goulart havia se estendido por todo o país e vivia até com dinheiro do governo.”

Esse trecho é de uma publicação da UEE de São Paulo, deste ano, e concentra a história da União Nacional dos Estudantes. Desde sua fundação, em 1937, por Getúlio Vargas, até 1964 ela foi entidade financiada pelo governo e ligada a ele. Sua representatividade como entidade dos estudantes até 64 nunca foi grande. O golpe que sofreu com a extinção, deixou a UNE desarticulada por alguns meses, até que em 1965 foi organizado, já na clandestinidade, um congresso nacional dos estudantes, marcado para Belo Horizonte. A repressão foi violenta. Para conseguir terminar o congresso, alguns estudantes foram obrigados a se vestirem de padres. O congresso se realizava no convento dos Franciscanos. Ao mesmo tempo que lutava para se manter, por causa da ilegalidade, a UNE tinha que lutar contra sua própria tradição de entidade de cúpula. E na batalha que travou contra a Lei Suplicy, que extinguiu todas as entidades do movimento estudantil, e colocava outras em seu lugar, saiu vitoriosa. O Diretório Nacional



dos Estudantes, que deveria ser o substituto da UNE, ficou na ficção. Parecia que a ilegalidade tinha dado muito mais força à UNE, ela capitalizava todas as lutas reivindicatórias dos estudantes. Os congressos de cada ano eram a síntese das lutas estudantis e a definição das lutas que viriam.

Esses congressos sempre tiveram na dificuldade de sua realização a característica

comum. Essa dificuldade culminou com o Congresso deste ano, quando ele nem chegou a ser realizado. O que causou espanto à própria Polícia, foi a facilidade com que os estudantes se deixaram prender, e as imprudências que cometeram. Apesar de no Conselho Nacional dos Estudantes, realizado em maio na Bahia, ter ficado aprovado, que por questões de segurança o congresso

seria preparado por uma executiva nacional, especialmente formada para esse fim, no do ano passado as precauções parecem ter sido maiores.

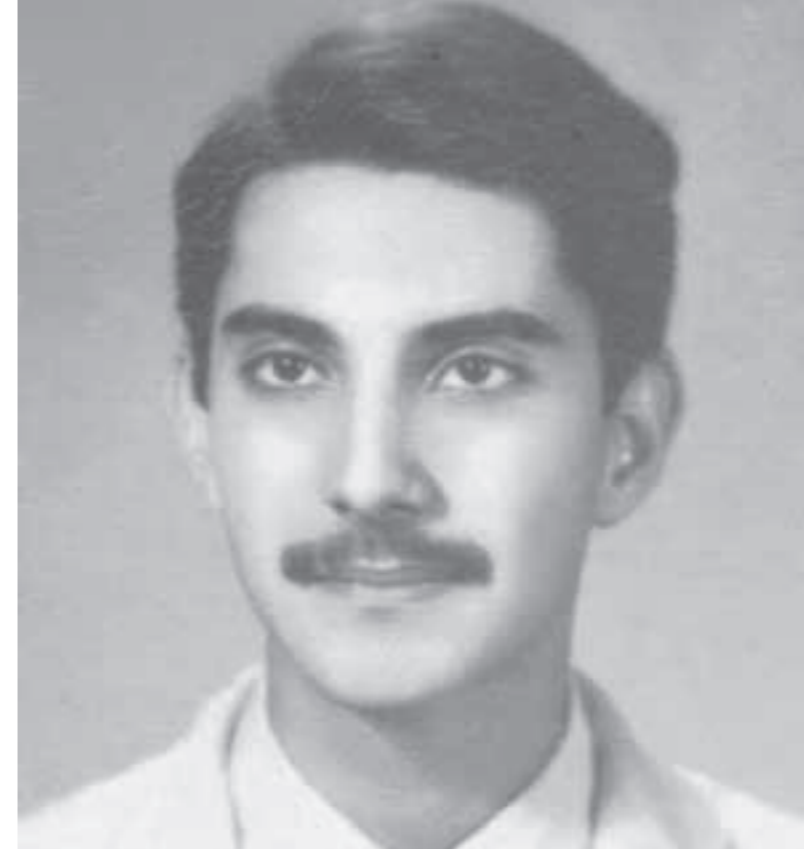
Quando a Polícia foi ao convento dos beneditinos, em Vinhedo, depois que o congresso do ano passado já tinha acabado, encontrou entre outros papéis um comunicado da comissão de segurança, que dizia o seguinte: “1) Quando pelo pátio, não ultrapassar os limites da propriedade. 2) As luzes externas devem ser apagadas às 22 horas. 3) A partir das 22 horas as luzes internas ficarão sob o controle da comis-

são. 4) Os participantes deverão deixar os locais externos antes do apagar das luzes. 5) A partir do encerramento dos trabalhos os participantes devem procurar não falar em voz alta. 6) O uso de bebida alcoólica fica totalmente proibido. 7) A comissão de segurança requisitará e determinará os colegas que farão rondas noturnas e diurnas. 8) As saídas do local estão terminantemente proibidas. Os casos excepcionais serão examinados e discutidos pela comissão. 9) Após o término do congresso a retirada dos colegas seguirá a mesma ordem de entrada. 10) As turmas serão inflexivelmente deter-

minadas pela comissão. 11) Aconselha-se a todos a não identificação. Quando se dirigir a outra pessoa use a determinação colega ou companheiro.

Na cidade de Vinhedo ninguém ficou sabendo de nada. O próprio delegado de Polícia levou o maior susto quando soube que na sua cidade tinha se realizado o congresso da UNE. E o DOPS tinha entre estudantes um informante, mas o esquema de segurança impediu que ele pudesse passar qualquer informação antes do congresso acabar.

Fonte: *Folha da Tarde*, 14/10/1968



Luiz Eduardo Merlino no 30.º Congresso da UNE, como jornalista e militante

Beatriz Kushnir, *Cães de Guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*

Luiz Eduardo da Rocha Merlino não estava no congresso proibido da UNE só como jornalista. Ele trilhou um caminho que espelhou uma das opções dos anos que se iriam seguir. Merlino, ou Nicolau, era militante do POC. Nasceu em Santos, São Paulo, em 1948 e morreu aos 23 anos, na OBAN, em 19/7/1971. Exerceu o jornalismo desde os 17 anos, quando, em 1966, fez parte da equipe de jornalistas que fundou o *Jornal da Tarde*. Esteve na experiência do *Amanhã* e transferiu-se para a *Folha da Tarde* também no seu início, permanecendo durante o curto período de tempo em que o jornal pôde ser de oposição. Em abril daquele ano, participou da manifestação diante do Tribunal Militar em São Paulo, quando jornalistas foram presos.

Em dezembro de 1970, saiu do país em companhia de sua esposa, Angela Mendes de Almeida, para uma viagem de estudos e contatos na França, sobretudo, com a

IV Internacional, da qual o POC se aproximaria. Voltou em maio de 1971, com passaporte legal, já que não pesava contra ele nenhuma acusação nos órgãos de repressão.

Na noite do dia 20 de julho de 1971, sua mãe recebeu um telefonema de um delegado do DEOPS, em Santos, comunicando o assassinato do filho. Foi informada de que Merlino se teria jogado embaixo de um carro na BR-116, na altura da cidade de Jacupiranga. Na versão oficial, ele tentava fugir enquanto era levado para Porto Alegre para “entregar companheiros”. Na realidade, Merlino foi retirado de sua casa, em Santos, cinco dias antes, por pessoas que no início se diziam amigos e, minutos depois, instalaram o terror no local. Os policiais buscavam por sua companheira, Angela Mendes de Almeida, que ainda permanecia fora do país. Levado para a OBAN, na rua Tutóia, foi torturado por 24 horas e deixado em

uma cela solitária. Seu estado de fraqueza agravou as fortes dores nas pernas, fruto do tempo de permanência no “pau-de-arara”. Sem cuidados médicos, mesmo depois da queixa de companheiros, Merlino sofreu de uma gangrena generalizada, vindo a falecer dia 19.

(...) A trajetória de Merlino expõe um momento posterior ao vivido ainda naqueles anos de 1968. Seu percurso desenha o mais radical, o assassinato, e difere do de outros militantes do jornal, que também caíram a seguir. (pp. 248-249)

Fonte: Beatriz Kushnir, *Cães de Guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo, Ed. Boitempo Editorial, 2004.

O conjunto destes textos sobre o 30.º Congresso da UNE está publicado em http://www.ovp-sp.org/congresso_une_1968.htm



Fonte: Arquivo em Imagens, Última Hora, 1997

Navalha afiada em fino veludo

Rodrigo Manzano e Ana Ignácio

“Eu volto logo”, disse Eduardo à sua irmã, Regina, pouco antes de pegar um agasalho e ser levado por três homens, de Santos, no litoral paulista, a São Paulo, para “dar explicações” sobre sua militância política. Em julho, fará 37 anos que ele foi morto. Regina não se esquece da despedida – passou aquela noite debruçada sobre a janela, à espera do irmão que não retornava. A mãe de Eduardo, Iracema, nunca se recuperou da ausência do filho, mesmo nos últimos dias de sua vida.

Sua companheira à época, Angela, no exílio em Paris, ainda se emociona ao falar sobre Eduardo. Os amigos não o esquecem.

Luiz Eduardo Merlino, 23 anos. Jornalista. Militante do Partido Operário Comunista (POC). Amante de jazz e Fernando Pessoa. Bom texto. Passagens pelo *Jornal da Tarde*, *Folha da Tarde*, jornal *Amanhã* e *Jornal do Bairro*. Esse é um esboço a lápis do rosto que se revela por trás de um nome – entre tantos outros – que foram vitimados pela violência policial na Ditadura Militar no país.

O rosto, agora, começa a ser preenchido à tinta. Desde o ano passado Merlino é um personagem que luta contra o esquecimento. Uma ação movida pela família dele espanta a grossa camada de poeira que assentou sobre sua memória: Regina Maria Merlino Dias de Almeida e Angela Mendes de Almeida entraram na Justiça com uma ação civil declaratória contra o coronel reformado do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra. Elas não pedem nada. Apenas o reconhecimento, pela Justiça, da participação de Ustra na tortura e morte de Merlino no DOI-CODI de São Paulo, na segunda-feira, dia 19 de julho de 1971. A audiência estava marcada para o dia 13 de maio, mas foi adiada por conta de um recurso apresentado no Tribunal de Justiça por Ustra, que alega prescrição do crime, além de evocar a Lei de Anistia, de 1979.

O processo abre um precedente inédito no país, ao determinar que crimes de tortura e assassinato político não prescrevem e, sobretudo, por responsabilizar diretamente



A militância política e o ofício no jornalismo eram duas faces de Merlino que se sobrepunham, mas não se confundiam. Frei Betto, que o conheceu também na redação da *Folha da Tarde*, lembra-se que, embora se encontrassem na redação, um não tinha ideia da militância do outro: Merlino, no POC; Frei Betto, na Ação Libertadora Nacional (ALN). “Em tempos de ditadura, quando ignorar a militância alheia é um dos princípios básicos de sobrevivência, eu não tinha ideia da atuação de Merlino”, afirma.

“Guardo dele a imagem de um jovem sério, profissional dedicado, responsável e sereno”, recorda-se. A jornalista Rose Nogueira, também da equipe da *Folha* e amiga de Merlino, recorda da atenção dada pelo colega no trabalho cotidiano. “Ele me ajudou muito a fechar matérias”, lembra Rose, “até hoje olho para o lado e parece que Merlino está ali, sentado à máquina de escrever”.

Bernardo Kucinsky e Joel Rufino dos Santos lembram-se da convivência com Merlino no *Amanhã*, um pequeno jornal alternativo. Kucinsky conta que foi de Merlino a ideia de publicar no exterior o livro “A violência militar no Brasil”, escrito por ele e Ítalo Tronca. Kucinsky entregou a Merlino os originais, na noite de Natal de 1970, no Café Cluny, em Paris. Ao saber da morte de Merlino, Kucinsky alimentou a dúvida se o assassinato do amigo tinha a ver com o envolvimento dele na publicação do livro. Rufino conta que varavam as noites em fechamento do jornal. “Eu falaria muito sobre meu amigo”, afirma ele que se recorda do dia em que Merlino conheceu sua família, “suburbana, pobre, evangélica”. Ele se enterneceu, não olhou de cima. Talvez sentisse falta de uma sociabilidade popular”, afirma Rufino.

Para fazer frente ao JT, a *Folha da Manhã* decidira cobrir mais intensamente o movimento estudantil. Merlino foi escalado para fazer uma reportagem sobre o XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes, em Ibiúna, em outubro de 1968. Na ação policial que desmontou o Congresso e prendeu estu-

dantes, Merlino foi levado pela polícia para prestar depoimento, junto com colegas de outras redações. No final do texto publicado no dia 14 de outubro, Merlino relatou: “Enquanto seguia para casa lembrava que teria uma cama com colchão e um cobertor; ao invés do chão frio e da umidade da Penitenciária Tiradentes onde ficaram mais de 700 estudantes”. Merlino havia escapado, por enquanto, da violência dos órgãos de repressão.

Prisão, tortura e morte

Mas não escapou ao destino trágico no dia em que a polícia foi buscá-lo na casa da mãe, no nº 13 da rua Itapura de Miranda, em Santos, no dia 15 de julho de 1971. Torturado durante 24 horas, morreu sem que lhe prestassem atendimento médico. Caso fosse atendido, as pernas deveriam ser amputadas – e a tortura ficaria evidente. Preferiram sua morte. Sem notícias de Merlino, a família esperou durante quatro dias. O cunhado dele, Adalberto, que era delegado de polícia, furou o cerco no Instituto Médico Legal. “Encontrei o corpo do Eduardo. Ele foi torturado”, avisou Adalberto à sua família. A mãe e a irmã de Merlino subiram a serra. Ao saber da morte, d. Iracema separou algumas peças de roupa para o filho. Não tinha entendido completamente a notícia.

(...) Eduardo Merlino tinha acabado de voltar da França, para onde tinha embarcado legalmente com o objetivo de se aproximar da IVª Internacional, alguns meses antes. Angela, sua companheira, também havia ido, ilegalmente, numa viagem que demorou 15 dias, passando pelo Uruguai, Argentina,

Chile e, enfim, França. Em Paris, Merlino e Angela eram, mesmo distantes do Brasil e da violência dos militares, Nicolau e Tais, seus codinomes. “Por questões de segurança, não tínhamos contato com nenhum brasileiro”, lembra Angela. Merlino, apesar do perigo no Brasil, resolveu voltar. Angela ficou. Ao saber da morte do companheiro, apenas em agosto e depois de inúmeras tentativas frustradas de contato, Angela vagou pelas ruas do verão europeu, retornando ao hotel. “Eu tomei a decisão de continuar fazendo aquilo que tínhamos combinado”, afirma Angela. Hoje, se lembra dos traços da personalidade de Merlino e do romance que manteve com ele. “Foi um encontro amoroso, sim, mas a gente dava uma importância secundária a isso. Estávamos unidos pela militância”, revela. Os detalhes da personalidade do jornalista se misturam. “Ele gostava muito de samba”, lembra Angela, intercalando o lado mais personalista de seu companheiro com o aspecto rigoroso de sua atuação como militante.

(...) Em nenhum momento desses últimos 37 anos esqueceu-se de Merlino. Seu filho chama-se Nicolau.

Contra o esquecimento

Durante muito tempo, a família de Merlino ainda sofreu com a perseguição silenciosa dos militares. Adalberto, o cunhado que furou a segurança do IML e encontrou o corpo, nunca foi promovido por merecimento. A mãe e a irmã conviviam com a observação constante de estranhos diante da casa que, nem mesmo na missa de 7.º dia da morte de Merlino, afastaram-se da família. “Os três

homens que foram buscar meu irmão em casa estava no primeiro banco da igreja e ao final da missa vieram nos dar os pêsames”, lembra Regina. D. Iracema não os reconheceu e os cumprimentou. “Eu os reconheci na hora e não fiz o mesmo”, recorda. Ao ouvir da filha quem eram eles, a mãe de Merlino disse: “quem sabe eles não ficaram com remorso?”

Todos os familiares, amigos e colegas de Merlino, ouvidos pela revista *Imprensa* lembram-se dele com uma cristalina memória, como se o tempo tivesse parado nos últimos momentos do contato com ele, seja na militância, na redação ou na vida cotidiana. A morte do jornalista chocou a todos. “Era uma violência desproporcional”, afirma Clauset. Alípio Freire, jornalista que também estava preso quando da morte de Merlino, recorda que o peso da notícia se abateu sobre muitos militantes. “Era muito duro. Uma coisa é alguém morrer em combate, outra é morrer torturado como foi o caso dele e de outros companheiros”, afirma. Rose Nogueira recorda que, ao saber da morte, desandou a chorar. “Bater no Merlino é uma covardia muito grande, tamanha era a delicadeza dele, o respeito humano que ele tinha”, recorda, “sempre penso nele. Me dá muita saudade, ele tinha uma bondade infinita”, completa. Ao ser avisada que seu amigo havia morrido, Rose Nogueira ouviu de Ricardo Gontijo, portador da notícia, que Merlino era um “revolucionário de veludo”. O ator Sérgio Mamberti, amigo de Merlino em Santos, lamenta que a violência da ditadura tenha atingido pessoas como ele. “A gente recorda com emoção esses momentos. Foram pessoas que deram suas vidas de forma injusta, porque poderiam ter oferecido muito mais para a sociedade com seu trabalho”, afirma.

À espera do resultado do julgamento do processo que recai sobre Ustra, todos eles hoje veem renascer a memória de Merlino. Caso seja positiva, a ação contra o coronel abre um precedente histórico no país a favor da reconstituição dos fatos que se passaram nos anos de chumbo. Quando as manchetes anunciarem a responsabilidade na morte do jornalista Luiz Eduardo da Rocha Merlino, os moradores da rua que leva seu nome, em Santa Cruz, no extremo da zona oeste do Rio de Janeiro, terão a oportunidade de saber quem foi ele, o que ele fez e o que fizeram com ele.

Fonte:
Revista *Imprensa – Jornalismo e Comunicação*
Julho 2008 – Ano 21 – n.º 235



Merlino no tamborim.
Chico Caruso
Folha da Tarde,
14 de maio de 1969



Fui uma das testemunhas do martírio desse heroico companheiro

“(…) Quando a repressão começou a prender pessoas próximas, muitos como eu não encontraram alternativa senão mudar de cidade e de nome para salvar a pele. Vim para São Paulo, onde encontrei uma solidariedade impressionante, durante um ano fiquei em casas de quinze diferentes simpatizantes, pessoas totalmente desconhecidas, que arriscavam sua segurança oferecendo suporte à esquerda. Romper com a família, os amigos, o trabalho, era dedicação integral à militância, isso intensificou meu idealismo. Quem me aconselhava a buscar vivências mais sociais, ir a uma festa, viver também um pouco de leveza era o companheiro de organização Luiz Eduardo Merlino, ser humano de excepcional sensibilidade com quem tive a honra de manter contato na militância. Presa em 71, pela OBAN, mais precisamente pelo Ustra, naquele negro dia em que Merlino também caiu, fui uma das testemunhas do martírio desse heroico companheiro, que não diria sequer seu nome a nossos algozes. (…)”

Leane de Almeida, 27/10/2010

Fonte: <http://mariajosesilveira.wordpress.com/>

Lembranças de Nicolau

Michael Löwy

Luiz Eduardo Merlino é destas pessoas que ficam para sempre gravadas na memória de quem as conheceu, por mais que passem os anos e as modas. Tive a chance de encontrá-lo em Paris, durante os poucos meses em que permaneceu no exílio (1970-71), como militante da nossa corrente (a velha Quarta), mas sobretudo como amigo, como “camarada”, no amplo e fraterno sentido desta palavra.

Luiz Eduardo tinha escolhido como codinome “Nicolau”. Certa vez me explicou que este era o nome que os primeiros comunistas brasileiros utilizavam para tentar traduzir “Vladimir”, o prenome de Lenin, ao português. “Nicolau” era inseparável de sua companheira de amor e de lutas, Angela, codinome “Tais”. Os dois haviam formado no POC uma corrente “quartista”, a “Tendência Nicolau-Tais”, que se designava, com auto-ironia, a “TNT”. A escolha do pseudônimo não era casual: “Nicolau” era leninista confesso e convicto. Às vezes brincava, com humor e amizade, com minhas simpatias “luxemburguistas”. A verdade é que nos entendíamos muito bem, partilhando aquela mistura de Trotsky com Che Guevara que era tão explosiva como a TNT.

Luiz Eduardo era um rapaz magro, de feições delicadas e agradáveis, sempre de óculos e bigode. Era generoso, calmo e decidido. Não se resignava a ficar no exílio e havia tomado a decisão de voltar o mais cedo possível ao Brasil, tentar reorganizar o POC e inseri-lo no processo de resistência armada à ditadura. Tentei dissuadi-lo, mas sem sucesso. Lúcido, ele reconhecia a dificuldade e o risco da empresa. Certa vez lhe perguntei como avaliava sua chance de “sair-se bem” da volta ao Brasil. “Cinquenta por cento” me respondeu...

A análise de conjuntura era certa ou não? Será que a tática era a mais apropriada? A estratégia era correta ou equivocada? Trinta e cinco anos depois estas questões perderam muito de seu interesse. O que sobra é a integridade de um indivíduo, sua decisão de arriscar a vida pela causa da liberdade, da democracia, da emancipação dos trabalhadores, do socialismo. Para o Luiz Eduardo, voltar ao Brasil era uma alta exigência moral e política, uma espécie de “imperativo categórico” que não aceitava recuos ou concessões. Certas pessoas, que na época partilhavam da luta do “Nicolau”, mas hoje se converteram ao social-liberalismo – prefiro não citar nomes – pretendem que o comportamento daqueles que no Brasil e na América Latina arriscaram e perderam sua vida na luta desigual contra as ditaduras do continente, eram movidos por um “espírito suicidário”. Nada mais longe da verdade. Luiz Eduardo amava a vida, amava sua companheira, e não tinha a mínima vocação para o suicídio. O que o levou a tomar a decisão que tomou, e lhe custou a vida, foi simplesmente um sentimento de dever, uma ética, um compromisso com os companheiros de luta. É por isto que a memória dele continua tão viva e presente, não só no Brasil, mas também na França e em outros países em que se conheceu sua história.

Outro dia, mexendo em velhos jornais marxistas, dei com uma fotografia do Luiz Eduardo, com o título “morto em combate”. O artigo que acompanhava a foto já envelheceu, não apresenta maior interesse. Mas o olhar do Luiz Eduardo não perdeu nem um pouco de sua força e de sua intensidade e me atingiu em pleno coração: não pude conter as lágrimas, era como se tudo se tivesse passado ontem.

A ditadura não deu uma chance ao Luiz Eduardo: preso logo depois de sua chegada, torturado, morto por não entregar informações. A herança que ele nos deixa é a de seguir lutando, para que nunca mais o Brasil conheça a opressão, a violência policial, a tortura.

Joe Hill, o dirigente sindicalista revolucionário norte-americano, autor de belas canções de luta, deixou esta mensagem a seus companheiros, pouco antes de ser fuzilado pelas autoridades em 1915: “don’t mourn, organize” – não fiquem de luto, vão e organizem-se (os explorados e oprimidos). Acho que o “Nicolau” teria gostado desta mensagem...

maio 2006

Fonte: http://www.ovp-sp.org/merl_lebrar_nicolau.htm

Meu amigo Merlino

Joel Rufino dos Santos

1972. Numa festa, pedi a um amigo comum notícias de Merlino. “Morreu”. Contou as circunstâncias. Não chorei, não xinguei: nada. Durante alguns dias me escondi atrás de racionalizações: a Luta, o Socialismo, a História. Tudo com letra maiúscula: abstrações. Até que uma noite, abro o armário para pegar uma camisa, tiro uma polo azul-suave que não vestia há tempo. Caio no choro.

Anos atrás (morávamos então na Alameda Santos), ele comprou para si aquela camisa. Meu amigo era bonito e naturalmente elegante, eu usei várias roupas dele, apesar da minha estatura menor. “Ela fica muito bem em você”, elogiei. Ele a tirou imediatamente e me estendeu: “Fica sendo sua”. O gesto de dar o que era seu foi comum nele e, agora, diante daquele cabide eu compreendi, enfim, o que disse nosso amigo: “Morreu”.

1973. Um torturador da Operação Bandeirante, Oberdan, cismou de falar comigo sobre Merlino. “Não morreu como vocês pensam. Foi para o Hospital passando mal. Telefonaram de lá para dizer que ou cortavam suas pernas ou morria. Fizemos uma votação. Ganhou deixar morrer. Eu era contra. Estou contando porque sei que vocês eram amigos. Não foi como pensar”. Essa é uma outra lembrança que tenho do meu amigo. Com o tempo (trinta e dois anos) todas vão sumindo. Talvez eu guarde essa por que, embora sinistra, nela me reconheço como seu amigo. Eu gostava muito dele e, penso, ele de mim.

1969 ou 70. Eu o convidei para um fim de semana no Rio. Casa da minha irmã, Tomás Coelho, subúrbio da Central do Brasil. Chegamos de noite, fomos dormir. Dia seguinte, um domingo, o coro evangélico da família o acordou. Mais perto quero estar, meu Deus de ti... Ele veio para a sala, ficou parado na porta, ouvindo enternecido. Era sempre muito crítico com expressões religiosas. Materialista convicto e tranquilo, como eu, não se tornaria em nenhuma situação um pedinte de qualquer divindade. Naquela manhã, porém, eu o vi comovido. Comentou qualquer coisa sobre a sinceridade da fé em pessoas humildes. Não se comovia com Deus, mas com a crença das pessoas em Deus.

1967 ou 68. Fechado mais um número de *Amanhã*, um dos muitos jornais criados por Raimundo Rodrigues Pereira, saímos pela Alameda Santos, rindo e cantando. Pusemos uns latões de lixo na cabeça, rolamos outros pelo asfalto. Aparece uma patrulhinha. Nos rendem, agressivos. Exigem que devolvamos os latões aos seus lugares. Questão de honra. Pedem ajuda, daí a pouco estamos cercados por várias patrulhinhas. Merlino começa a negociar a nossa liberação, acende um cigarro. Um policial lhe arranca o cigarro com um tapa. Passam de acusadores a acusados. Agora, nós é que exigimos ir à delegacia prestar queixa de agressão. Situação absurda: quatro ou cinco caras desarmados acusando a polícia de agressão. Numa delegacia de Vila Mariana (talvez fosse a da Rua Tutóia, antes de hospedar a Operação Bandeirante), os policiais contavam em nos sorrir. Um de nós consegue usar o telefone, viram que éramos jornalistas. O delegado nos obriga a passar a noite no corredor, mas decide nos liberar de manhã. De vez em quando o tira do cigarro passa por nós bufando. “Está bem”, concordou Merlino. “Mas só saímos daqui se você registrar a queixa de agressão. E como fomos presos na Alameda Santos, exigimos que nos deixem lá, no ponto em que nos prenderam”. O delegado usa outra vez o telefone, cumpre a exigência de Merlino.

1970 ou 71. Merlino nos convidou (eu, Teresa, Nelson) para o Natal na casa da família, em Santos. A mãe, a tia, a irmã, o cachorrinho. A memória é caprichosa, vejo flashes que a saudade remonta. Não foram exatamente assim. O cachorrinho sempre no seu colo. A tia oferecendo bolos. Uns quadros de gosto comum. Nelson adormecido na cama de Merlino, que a mãe não desmanchava. O contraste com a minha família, grande, cantante, agitada.

2005. Mantenho em frente à mesa onde todo dia sento para escrever um retrato do meu amigo. Presente de Angela. Está de perfil, bigodes negros, óculos sem aros. Lembra o Mastroiani de um dos seus filmes preferidos, Os companheiros.

Um retrato na parede

“Nenhuma dessas fotos bibliotecárias me comove mais, porém, que a de Luiz Eduardo Merlino. Com o tempo, só lembram dele os familiares e uns poucos que o amaram. Assassinado pelo DOI-CODI, era um revolucionário que não mirava só na revolução, amava o jazz, recitava Fernando Pessoa. Um retrato na parede, mas como dói.”

Joel Rufino dos Santos

Fonte: Joel Rufino dos Santos, “Amigos de papel: minha geração”, *Caros Amigos*, 30/09/2010



Mesmo assim dá pra ver os olhos amendoados, os lábios entre finos e carnudos, a orelha, o pescoço, a cabeça bem feitos. Eu o mantenho aqui para lhe perguntar: O que acha deste governo? E a agressão sionista? E o crime organizado? E a vida? E o socialismo? E o MST? E agora, Merlino? Com o tempo, meu amigo vai virando um compêndio, deixando de ser um morto. Já pensei em botar uma legenda nesta foto. Seria o do romance épico de Anna Seghers, sobre a luta dos comunistas alemães contra ascensão do nazismo. Se meus netos herdarem essa mesa, esse retrato, saberão que meu amigo, como o CHE, como a Rosa Luxemburgo, não quis envelhecer. Os mortos permanecem jovens.

maio 2007

Fonte: http://www.ovp-sp.org/merl_meu_amigo.htm

Nicolau: um diário de motocicleta

Maria Regina Pilla

Nicolau/Merlino era um sedutor. Cabelos e olhos negros. Adonirán Barbosa inspirava nele cantorias sem fim. Em São Paulo dirigia um fusca azul escuro. Naquele inverno parisiense de 1970 (ele e outros militantes brasileiros havíamos ido à França para entrar em contato com a IV Internacional), ele vestia um casaco longo, em tweed verde e branco. Eu achava inédito esse casaco-último-grito-da-moda naquele militante rigoroso. Mas, como ele tinha humor, considerei que a peça era parte de uma auto-ironia. E não pensei mais no assunto.

Noite fria de dezembro: íamos à manifestação contra a condenação à morte de um grupo de militantes anarquistas espanhóis, conhecida como “as execuções de Burgos”. Naquela noite a polícia parisiense estrearia a nova moda repressiva das motocicletas. Mas, num abrir e fechar de olhos, a multidão descobriu como escapar do ataque veloz e barulhento dos CRS. As numerosas escadarias da praça mais próxima liquidaram com a modernidade policial. Humilhadas, as motos debandaram e a rua retornou a seus ocupantes. Nicolau parecia comandar um pelotão, e mesmo numa língua estrangeira, gritava ordem aos quatro cantos, voando no seu elegante casaco por entre degraus e muretas.

Aquele ano de 1970, tempo do “Brasil ame-o ou deixe-o”, foi também o ano de mais um título mundial para o futebol nacional. No clima de ôba-ôba da ditadura, seria natural que a seleção fizesse suas apresentações em outros gramados. Com uma grande faixa “Brasil, campeão da tortura” lá fomos nós, meia dúzia de gatos pingados, prestar nossa homenagem aos companheiros sequestrados pela ditadura. “Pênalti, pênalti”. O berro de Nicolau pegou a todos de surpresa. Não fora para isso nossa ida ao estádio francês.

Passou o inverno, as estações foram mudando. “Um país que tem no ciclismo o seu esporte nacional...” A frase ficara pendurada na intenção. É que nosso amigo francês estava por perto. Nicolau dizia o que pensava, mas nunca seria desleal.

O “país do ciclismo” ficou sendo o nosso por algum tempo. Para alguns, por décadas, para Nicolau foi seu endereço apenas durante aquele inverno europeu. No inverno brasileiro de 71 ele desapareceu numa cela da OBAN, como ocorria com muitos jovens militantes daquela época. O resto da história vocês conhecerão nesse Caderno em sua memória, a memória da nossa geração, cujo crime foi querer um mundo mais justo e humano.

janeiro 2006

Fonte: http://www.ovp-sp.org/merl_diario_motocicleta.htm



Merlino com amigos em Santos, entre eles, atrás, de óculos escuros, Nelson de Souza Kohl, militante do POC, desaparecido em 15 de setembro de 1973, sequestrado pela Junta Militar chilena



Manifestação em Brasília, 17/12/2008

Mortos e desaparecidos políticos: a luta por verdade e justiça no Brasil

Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos

No Brasil, a radiografia dos atingidos pela repressão política durante a ditadura militar (1964-1985) não está concluída. Ainda observamos uma lacuna entre passado e presente marcada pela ocultação dos acontecimentos, a negação ao direito à verdade e à justiça limitando a ação reparadora e impedindo a articulação e transmissão da herança e da memória desses anos de violência. Podemos dizer, porém, que cerca de 50 mil pessoas foram presas somente nos primeiros meses de ditadura; há pelo menos 426 mortos e desaparecidos políticos no Brasil (incluindo 30 no exterior); um número desconhecido de mortos em manifestações públicas; 7.367 indiciados e 10.034 atingidos na fase de inquérito, em 707 processos na Justiça Militar por crimes contra a segurança nacional; quatro condenações à pena de morte; 130 banidos; 4.862 cassados; 6.592 militares atingidos; milhares de exilados; e centenas de camponeses assassinados; e até o momento, 24.560 vítimas de perseguições por motivos políticos foram anistiados [TELES, J. A.:2005]. (...)

Em novembro de 1979, os familiares de mortos e desaparecidos políticos organizaram informações relatando as denúncias sobre os assassinatos e desaparecimentos decorrentes da perseguição política durante a ditadura brasileira (1964-1985), para serem apresentadas no II Congresso pela Anistia, realizado em Salvador (BA). Esse dossiê foi posteriormente ampliado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA/RS) e editado pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 1984. Na ocasião, os familiares homenagearam Teotônio Vilela, que havia sido presidente da Comissão Mista sobre a Anistia no Congresso Nacional, por ter dedicado seus últimos anos de vida à defesa intransi-

Maria Amélia Telles

“Era ele quem dava as ordens, dizia como devia ser a tortura, assistia, mandava colocar e tirar a gente do pau-de-arara. Meus filhos entravam e saíam da sala de tortura. Uma vez, meu filho perguntou por que eu estava azul e meu marido estava verde. Depois das torturas, ele teve um pé necrosado. Eu quebrei uma costela”.

Fonte: Revista *Época*, 30/06/2008, p. 43

Manifestação em frente ao antigo DOI-CODI, em 24/08/2008



Paula Scarella



Bruno Maricato



Fabrizio Sacchetti



Bruno Maricato

Manifestação em frente ao antigo DOI-CODI, em 24/08/2008

A ditadura viva na criminalização da pobreza

Angela Mendes de Almeida (Coletivo Merlino)

A publicação deste Caderno de Combate pela Memória é uma homenagem ao jornalista Luiz Eduardo Merlino, assassinado pela ditadura militar em 19 de julho de 1971. Nele estamos colocando uma série de textos não apenas sobre a sua morte, mas também sobre a sua curta vida, voltada para o ideal de mudar o Brasil, de eliminar as desigualdades sociais que existem desde tempos imemoriais e as injustiças que se abatem sobre os excluídos. Parte da geração à qual ele pertenceu, sensibilizada pelas lutas na América Latina, pela morte de Che Guevara e pela Guerra do Vietnã, dedicou-se de corpo e alma a essa luta. Muitos, como ele, pereceram. Muitos sobreviveram e continuam lutando em outras condições.

Ele deu sua vida por esse ideal e é lícito julgar que, se hoje fosse vivo, estaria ainda lutando contra essas desigualdades e injustiças, estaria aberto para ver e sentir o pulso dolorido de nossa vida social, como diz o samba de Elton Medeiros: “uns com tanto, outros tantos com algum, mas a maioria sem nenhum”. É bastante imprudente imaginar o que os mortos pela ditadura estariam pensando hoje dos novos problemas que se colocam à sociedade atual. Muitos amigos de Merlino têm se perguntado o que estaria ele fazendo hoje. Por minha parte, tenho ao menos a convicção de que ele não estaria amarrado a esquemas de análise marxista estagnados. Estaria atento às novas configurações sociais que emergem do capitalismo tal como ele é hoje no Brasil e à chaga social que constitui a violência policial que atinge essencialmente os pobres.

A violência no Brasil atinge a toda a sociedade. A sua causa principal é a desigualdade social que, com a globalização e o neoliberalismo, apenas se exacerbou. Desigualdade que deve ser entendida não apenas como a existência de uma grande maioria de pobres, mas sobretudo de uma minoria milionária exibindo ostensivamente sua riqueza, sem pudor, na televisão e na publicidade, como se o mar de excluídos não lhe dissesse respeito, quase como se houvesse, no território da nação, duas etnias isoladas.

Os jovens pobres que se enredam nas malhas da criminalidade, em geral através do tráfico de drogas, muitas vezes a única oportunidade de “trabalho” para eles, são rapidamente “formados” em ferocidade, quando levados para as instituições punitivas. Lá são humilhados e torturados de modo a saírem com a crueldade impressa em suas mentes. A elite, através das instituições governamentais e judiciárias, bem como através de sensacionalistas programas de televisão e rádio, reclama mais repressão contra esses “desviados”. Incapaz de assegurar um Estado Social, a elite investe no Estado Penal: mais prisões e dependências para internação de adolescentes, mais reclusão com violência, regimes prisionais mais desumanos, aumento das penas, suspensão de direitos de presos e de internos. E as polícias, nas favelas e nos bairros periféricos de gente pobre, agem como capatazes negreiros: abordam desrespeitosamente as pessoas, provocam-nas, humilham-nas, quando não prendem, matam e desaparecem com o corpo. Nem os parentes dos internos e dos presos escapam ao desrespeito que atinge seletivamente todo pobre.

Nunca é demais lembrar do caráter de classe da repressão atual. A violência policial, as torturas, as mortes e os desaparecimentos de que foram vítimas a geração de Luiz Eduardo Merlino, atinge hoje apenas os filhos da pobreza. Os pobres são, para as

Em frente ao Tribunal de Justiça de São Paulo, manifestação pela condenação do coronel Ustra, 23/09/2008



Hoje, tortura-se mais

“É preciso notar como a ditadura brasileira se perpetuou. O Brasil é o único país da América Latina onde os casos de tortura aumentaram após o regime militar. Tortura-se mais hoje do que durante aquele regime. Isso demonstra uma perenidade dos hábitos herdados da ditadura militar, que é muito mais nociva do que a simples contagem de mortes.”

Vladimir Safatle é filósofo e professor da Universidade de São Paulo (USP)

Fonte: Entrevista publicada na Agência Brasil, em 31 de janeiro de 2010

polícias, suspeitos em princípio, por serem pobres. É a criminalização da pobreza. Para eles continuam existindo, ao arripio de qualquer legislação ditatorial ou democrática, a tortura, as execuções sumárias e os desaparecimentos de corpos. Para os criminosos de colarinho branco, autores de grandes golpes contra o erário público, ou para os autores de sensacionais crimes passionais nas grandes famílias, há o respeito da lei: não há tortura e nem execução sumária.

Ao sensacionalismo midiático da “caça ao bandido”, através do qual a elite deixa emergir o quanto continua escravocrata, a quase totalidade da esquerda responde simplesmente ignorando o problema da violência policial contra os marginalizados e desorganizados das grandes cidades. Assim como não querem lembrar que no Brasil existiu uma ditadura no passado, também não querem enxergar as graves violações aos direitos humanos praticados contra os habitantes do território da pobreza. Enxergam apenas os trabalhadores organizados em movimentos e em sindicatos, as eleições e os parâmetros da economia nacional e internacional. Ao repercutirem o esquecimento e o silêncio da grande imprensa, terminam por ser cúmplices da permanência das violações aos direitos humanos nesta dita república democrática, na qual o acesso aos direitos constitucionais só é permitido “aos sócios”.

Esta publicação quer refazer a costura da memória coletiva das nossas lutas, mas sem esquecer as violações cometidas hoje cotidianamente por policiais e agentes do Estado contra os pobres no Brasil. E deste modo, empresto minhas palavras para expressar a posição política de todos nós, do Coletivo Merlin, diante da luta de classes tal qual ela se expressa hoje. Nossa publicação, portanto, não pode deixar de sempre reafirmar e denunciar incansavelmente a continuidade direta entre a luta pelo esclarecimento das torturas, mortes e desaparecimentos do período da ditadura militar e a luta intransigente contra as sistemáticas violações que continuam a acontecer hoje.

Manifestação em frente ao antigo
DOI-CODI, em 24/08/2008



Paula Sacchetta

Retrato calado

“A passagem pelos subterrâneos do regime, o contato com o avesso do milagre eram, nestas condições, a ocasião de um aprendizado tão importante quanto inútil, pelo menos durante muitos anos. Mas, de qualquer maneira, experiência decisiva no interior da selvagem fenomenologia. Guinada. Depois dela, depois de termos ingressado no espaço da ficção oficial, passávamos para outra figura do espírito, para o delírio em cujos breus parecem comprometidos as fronteiras entre o imaginário e o real. Tudo teria sido então pura ficção? Tudo ficará por isso mesmo? A dor que continua doendo até hoje e que vai acabar por me matar se irrealiza, transmuda-se em simples “ocorrência” equívoca, suscetível a uma infinidade de interpretações, de versões das mais arbitrárias, embora a dor que vai me matar continue doendo, bem presente no meu corpo, ferida aberta latejando na memória. (...) Contra a ficção do Gênio Maligno oficial se impõe o minucioso relato histórico e é de boa mira neste alvo que depende o rigor do discurso.”

Fonte: Luiz Roberto Salinas Fortes,
Retrato Calado, São Paulo, 1988



Fernando Vidal Filho

Colaboradores:

Angela Mendes de Almeida
Bruno Maricato Vilela
Caio Polesi
Fernando Vidal Filho
João Zinclar
Luciano Malheiros
Moacir Barbosa
Nicolau Bruno
Paula Sacchetta
Regina Merlin Dias de Almeida
Tatiana Merlin

Capa: Caio Polesi, Fernando Vidal Filho e Nicolau Bruno

Projeto gráfico e editoração: Lafgraf Design Editorial

© Copyleft – Permitida a reprodução para fins não comerciais

